

# ***Inspirali Educação S/A***

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente.

## **Prezado Acionista,**

Apresentamos abaixo os principais números do quarto trimestre de 2025.

### **Receita Operacional Líquida**

A receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 3.381,2 milhões.

### **Custos e Lucro Bruto**

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 1.207,7 milhões, equivalente a 36% da receita operacional líquida. O lucro bruto foi de R\$ 2.173,5 milhões, equivalente a 64% da receita operacional líquida.

### **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 818,1 milhões, representando 24% da receita operacional líquida.

### **Resultado Financeiro**

Foram contabilizados R\$ 568,1 milhões de despesas financeiras e R\$ 199,8 milhões de receitas financeiras.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A linha de imposto de renda e contribuição social correntes foi de R\$ 2,0 milhões e de R\$ 9,2 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos.

### **Lucro Líquido**

A Companhia registrou um lucro líquido consolidado de R\$ 613,7 milhões, representando 18% da receita operacional líquida.

### **Caixa e Aplicações Financeiras**

Encerramos o quarto trimestre de 2025 com uma posição de caixa e aplicações financeiras de alta liquidez de R\$ 1.156,7 milhões que servirão para garantir a manutenção e expansão da operação.

## Investimentos

Finalizamos o quarto trimestre de 2025 com investimentos consolidados de R\$ 129,7 milhões, equivalente a 4% da receita líquida.

## Empréstimos

Encerramos o quarto trimestre de 2025 com o saldo de R\$ 2.032,4 milhões em empréstimos, representado basicamente pela segunda emissão de debênture.

## Equidade

A Inspirali Educação reafirma seu compromisso com a promoção da equidade, reconhecendo a necessidade de ações intencionais para ampliar oportunidades a grupos historicamente sub-representados.

Alinhado às diretrizes da holding Ânima, desde 2020, fortalecemos a cultura Ânima Plurais, estruturada para promover institucionalmente inclusão e equidade em todo o Ecossistema. Nossa atuação está estruturada em cinco eixos: **Conscientização, Atração, Desenvolvimento, Cultura e Comunicação**, garantindo que a equidade esteja integrada aos processos de recrutamento, às oportunidades de crescimento profissional e à construção de um ambiente de pertencimento e respeito.

Com governança definida e monitoramento contínuo, avançamos de forma responsável e sustentável, fortalecendo nosso papel como agente de transformação social por meio da educação.

## Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da Companhia

	2025		2024		Δ 2025/2024
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	
Executivo	18	42%	13	34%	8 p.p.
Gerencial	86	53%	61	51%	2 p.p.
Técnico	4.286	57%	4.108	57%	0 p.p.
<b>Total</b>	<b>4.390</b>	<b>57%</b>	<b>4.182</b>	<b>57%</b>	<b>0 p.p.</b>

*Executivo: presidência, vice-presidência e diretoria.*

*Gerencial: gerentes*

*Técnico: administrativos, docente, especialista, supervisor e coordenador.*

## Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na Administração da Companhia

	2025		2024		Δ 2025/2024
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	
<b>Administração</b>	<b>2</b>	<b>15%</b>	<b>2</b>	<b>15%</b>	<b>0 p.p.</b>

*Administração: Diretoria Executiva e Conselho de Administração*

# INSPIRALI

## Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia

MULHERES	2025			2024			Δ 2025/2024		
	Remuneração			Remuneração			Fixa	Variável	Eventual
	Fixa	Variável	Eventual	Fixa	Variável	Eventual			
Executivo	73%	10%	17%	84%	14%	2%	-11 p.p.	-4 p.p.	15 p.p.
Gerencial	85%	5%	10%	88%	4%	8%	-3 p.p.	1 p.p.	2 p.p.
Técnico	77%	2%	21%	77%	2%	21%	0 p.p.	0 p.p.	0 p.p.
<b>Total</b>	<b>77%</b>	<b>3%</b>	<b>20%</b>	<b>78%</b>	<b>2%</b>	<b>20%</b>	<b>-1 p.p.</b>	<b>1 p.p.</b>	<b>0 p.p.</b>

HOMENS	2025			2024			Δ 2025/2024		
	Remuneração			Remuneração			Fixa	Variável	Eventual
	Fixa	Variável	Eventual	Fixa	Variável	Eventual			
Executivo	64%	14%	23%	64%	15%	21%	0 p.p.	-1 p.p.	2 p.p.
Gerencial	82%	6%	12%	85%	4%	11%	-3 p.p.	2 p.p.	1 p.p.
Técnico	75%	1%	24%	75%	1%	24%	0 p.p.	0 p.p.	0 p.p.
<b>Total</b>	<b>73%</b>	<b>2%</b>	<b>25%</b>	<b>73%</b>	<b>2%</b>	<b>25%</b>	<b>0 p.p.</b>	<b>0 p.p.</b>	<b>0 p.p.</b>

**Remuneração fixa:** composta por salários base, gratificações de função (coordenação, direção, medicina), adicionais de irreduzibilidade e gratificações incorporadas ou espontâneas que se tornaram recorrentes.

**Remuneração variável:** contempla comissões, prêmios de produtividade, premiações por desempenho.

**Remuneração eventual:** composta por ajuda de custo (Home Office, Kit Ergonômico), vales (alimentação/transporte), abonos pecuniários (venda de férias), diferenças salariais de convenção coletiva (CCT) e pagamentos de banco de horas.

### Declaração da Diretoria

Os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras.

Belo Horizonte, 27 de março de 2026.

---

**Tiago Garcia Moraes**  
Diretor Financeiro e Relações com Investidores



**Shape the future  
with confidence**

Edifício Statement  
Av. Contorno, 5.800  
16º e 17º andar – Savassi  
30110-042 - Belo Horizonte - MG - Brasil  
Tel: +55 31 3232-2100  
Fax: +55 31 3232-2106  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Inspirali Educação S.A.**  
Belo Horizonte – MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inspirali Educação S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future  
with confidence**

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### *Reconhecimento de receita*

Conforme descrito na nota explicativa 23, a principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de alunos matriculados nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e cursos técnicos nas modalidades presencial e à distância. Consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria, pois as receitas são decorrentes de grande volume de transações, individualmente de baixo valor, cujos controles internos estabelecidos dependem da manutenção de um adequado cadastro de alunos e precificação dos cursos ofertados, incluindo certas modalidades de descontos e bolsas, integrais ou parciais, aos seus alunos, o que requer a existência e funcionamento de controles internos capazes de garantir que a receita esteja adequadamente reconhecida, líquida de qualquer desconto esperado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas para o processo de matrículas e manutenção de tabela de preços; (ii) reconciliação dos respectivos relatórios auxiliares com os saldos contábeis; e (iii) inspeção, em bases amostrais, de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia e suas controladas para cadastramento do aluno, incluindo certas transações envolvendo os programas do Fundo de Financiamento



**Shape the future  
with confidence**

Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), verificando a efetiva elegibilidade e adesão por meio dos contratos dos alunos nos órgãos competentes; c) comprovantes de liquidação subsequente de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria, não registrados pela diretoria tendo em vista a imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### *Provisão para perdas esperadas de crédito sobre contas a receber de clientes*

Conforme descrito na nota explicativa 6, a apuração do valor da provisão para perdas esperadas de créditos sobre contas a receber de clientes envolve subjetividade e alto grau de julgamento da diretoria da Companhia. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas de créditos com contas a receber de clientes envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo histórico de inadimplência, renegociações, estágio do aluno no curso e avaliação do ambiente macroeconômico e setorial. Adicionalmente, em função do ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre podem representar um incremento do risco de crédito. A relevância de alunos matriculados em conexão com programa governamental do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) requer da diretoria da Companhia julgamentos de certa complexidade no que se refere a probabilidade de recebimento futuro das mensalidades desses alunos. Consideramos esse um principal assunto de auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para perdas esperadas de créditos com contas a receber de clientes pode resultar em variações significativas dessa estimativa em relação às perdas reais e esperadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento do processo para apuração da provisão para perdas esperadas de créditos com contas a receber de clientes, incluindo: (i) discussão com a diretoria a respeito das premissas adotadas na determinação das perdas esperadas de crédito com contas a receber de clientes; (ii) conciliação e testes de integridade, em bases amostrais, da base de dados considerada pela diretoria na determinação de tal perda esperada de crédito; (iii) avaliação da razoabilidade das estimativas definidas pela



**Shape the future  
with confidence**

diretoria da Companhia, por meio de reprocessamento dos dados por ela utilizados; e (iv) confronto entre os valores apurados e contabilizados de provisão.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas de créditos sobre contas a receber de clientes, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### *Teste de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida*

Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas em exercícios anteriores, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes registrados de R\$ 2.706.214 mil e R\$ 1.236.107 mil, respectivamente, conforme descrito na nota explicativa 13, os quais estão sujeitos a verificações anuais quanto a sua recuperabilidade (teste de impairment).

Dado que o referido teste de impairment é realizado por meio de projeções de fluxo de caixa descontados para cada Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), que envolve alta subjetividade por parte da diretoria na determinação das principais premissas (tais como taxa de crescimento de receita, taxa de crescimento na perpetuidade, margem bruta e taxa de desconto), bem como o montante do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do ambiente de controles internos sobre os testes de impairment; (ii) testes sobre a integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (iii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iv) avaliação sobre a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, incluindo taxa crescimento de receita, taxa de crescimento na perpetuidade, margem bruta e taxa de desconto, comparando as referidas premissas com informações obtidas dos planos de negócios e também aquelas obtidas externamente; e (v) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as taxas de desconto e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros, bem como nos auxiliar com análises de sensibilidade em relação as principais premissas utilizadas nas projeções. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas.



**Shape the future  
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os testes de recuperabilidade do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos**

#### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da



**Shape the future  
with confidence**

administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future  
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.



**Shape the future  
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 27 de março de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/O

Yago Freitas de Paula  
Contador MG-091499/O

## INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS

### BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	67.833	60.264	110.412	94.324
Aplicações financeiras	5	659.842	508.042	1.046.306	810.850
Contas a receber	6.1	121	684	609.885	578.456
Adiantamentos diversos		349	661	25.635	26.072
Impostos e contribuições a recuperar	7	20.207	11.371	50.058	29.552
Contas a receber com partes relacionadas	27	7.768	51	14.767	11.222
Dividendos a receber	27	334.778	216.756	-	-
Outros ativos circulantes		745	44	8.561	6.125
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>1.091.643</b>	<b>797.873</b>	<b>1.865.624</b>	<b>1.556.601</b>
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>					
Contas a receber	6.1	-	-	93.249	75.249
Impostos e contribuições a recuperar	7	209	12.551	20.940	35.530
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	2.012	1.905	-	-
Direitos a receber por aquisições	9	-	-	239.318	216.351
Depósitos judiciais	19	81	70	120.460	127.345
Outros ativos não circulantes		-	-	10.055	9.191
Investimentos	10	2.916.851	2.926.110	2.162	1.672
Imobilizado	11	3.112	1.261	355.074	388.652
Direitos de uso de arrendamentos	12	-	-	670.772	689.703
Intangível	13	61.875	54.242	4.474.216	4.519.201
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>2.984.140</b>	<b>2.996.139</b>	<b>5.986.246</b>	<b>6.062.894</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>4.075.783</b>	<b>3.794.012</b>	<b>7.851.870</b>	<b>7.619.495</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS

### BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>					
Fornecedores		3.670	3.010	144.085	155.056
Contas a pagar com partes relacionadas	27	411	284	28.664	35.138
Arrendamentos a pagar	12	-	-	73.663	109.600
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	35.830	27.680	35.830	27.680
Obrigações sociais e salariais	15	12.377	8.708	113.525	117.925
Obrigações tributárias	16	2.373	1.280	37.692	40.567
Adiantamentos de clientes	6.2	-	290	95.053	92.616
Parcelamento de impostos e contribuições	17	-	-	14.845	13.565
Contas a pagar por aquisições	18	1.644	2.276	12.049	12.211
Dividendos a pagar	27	101.438	81.147	122.735	81.147
Outros passivos circulantes		-	-	49.736	36.834
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>157.743</b>	<b>124.675</b>	<b>727.877</b>	<b>722.339</b>
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>					
Arrendamentos a pagar	12	-	-	762.466	747.722
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.996.547	1.995.067	1.996.547	1.995.067
Adiantamentos de clientes	6.2	-	-	9.800	8.589
Parcelamento de impostos e contribuições	17	-	-	40.369	47.704
Contas a pagar por aquisições	18	663	952	54.460	59.355
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	30.609	39.257
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	19	-	-	432.763	387.060
Outros passivos não circulantes		-	1	121.116	123.515
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>1.997.210</b>	<b>1.996.020</b>	<b>3.448.130</b>	<b>3.408.269</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>		<b>2.154.953</b>	<b>2.120.695</b>	<b>4.176.007</b>	<b>4.130.608</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	20	357.618	357.143	357.618	357.143
Reserva de capital	20	945.259	945.259	945.259	945.259
Ajuste de avaliação patrimonial	20	(39.567)	17.702	(39.567)	17.702
Ações em tesouraria	20	(7)	-	(7)	
Reservas de lucros		657.527	353.213	657.527	353.213
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.920.830</b>	<b>1.673.317</b>	<b>1.920.830</b>	<b>1.673.317</b>
Participação de acionistas não controladores	21	-	-	1.755.033	1.815.570
		<b>1.920.830</b>	<b>1.673.317</b>	<b>3.675.863</b>	<b>3.488.887</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.075.783</b>	<b>3.794.012</b>	<b>7.851.870</b>	<b>7.619.495</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
Valores expressos em milhares de reais - R\$ (exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida	23	-	-	3.381.232	3.153.185
Custo dos produtos e serviços	24	-	-	(1.207.748)	(1.181.953)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.173.484</b>	<b>1.971.232</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>					
Comerciais	24	-	-	(226.629)	(224.470)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	24	-	-	(148.146)	(126.582)
Gerais e administrativas	24	(91.629)	(46.721)	(818.120)	(794.430)
Resultado de equivalência patrimonial	10	726.454	617.999	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais Líquidas	24	(1.376)	(6.799)	(5.670)	(8.091)
		<b>633.449</b>	<b>564.479</b>	<b>(1.198.565)</b>	<b>(1.153.573)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>633.449</b>	<b>564.479</b>	<b>974.919</b>	<b>817.659</b>
Receitas financeiras		86.571	40.600	199.787	140.147
Despesas financeiras		(314.375)	(280.567)	(568.124)	(495.883)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	26	<b>(227.804)</b>	<b>(239.967)</b>	<b>(368.337)</b>	<b>(355.736)</b>
<b>LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>405.645</b>	<b>324.512</b>	<b>606.582</b>	<b>461.923</b>
IRPJ e CSLL correntes	8	-	-	(2.027)	(2.323)
IRPJ e CSLL diferidos	8	107	74	9.157	7.858
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>405.752</b>	<b>324.586</b>	<b>613.712</b>	<b>467.458</b>
Participação da controladora		405.752	324.586	405.752	324.586
Participação de não controladores		-	-	207.960	142.872
<b>LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$</b>	22	<b>1,12</b>	<b>0,90</b>		
<b>LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$</b>	22	<b>1,12</b>	<b>0,90</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	405.752	324.586	613.712	467.458
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>405.752</b>	<b>324.586</b>	<b>613.712</b>	<b>467.458</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À:</b>				
Participação da controladora	405.752	324.586	405.752	324.586
Participação de não controladores	-	-	207.960	142.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital Social		Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Retenção de lucros				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>355.907</b>	<b>945.259</b>	<b>19.559</b>	-	<b>285.570</b>	-	<b>1.606.295</b>	<b>1.861.256</b>	<b>3.467.551</b>
Ajuste de avaliação patrimonial passivo de resgate de opção IBCMED	-	-	(1.857)	-	-	-	(1.857)	-	(1.857)
Amortização de ações preferenciais - ex-medicina	-	-	-	-	-	-	-	(173.398)	(173.398)
Aumento de capital	1.236	-	-	-	-	-	1.236	-	1.236
Constituição reserva legal	-	-	-	-	(19.038)	19.038	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	324.586	142.872	467.458
Destinações:									
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(175.797)	-	(81.146)	(15.160)	(272.103)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	243.440	-	(243.440)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>357.143</b>	<b>945.259</b>	<b>17.702</b>	-	<b>334.175</b>	<b>19.038</b>	<b>1.673.317</b>	<b>1.815.570</b>	<b>3.488.887</b>
Ajuste de avaliação patrimonial passivo de resgate de opção IBCMED	-	-	(1.046)	-	-	-	(1.046)	-	(1.046)
Ações em tesouraria	-	-	-	(7)	-	-	(7)	-	(7)
Amortização de ações preferenciais - ex-medicina	-	-	-	-	-	-	-	(70.680)	(70.680)
Aumento de capital	475	-	-	-	-	-	475	-	475
Aquisição de ações dos acionistas não controladores	-	-	(56.223)	-	-	-	(56.223)	(63.003)	(119.226)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	405.752	207.960	613.712
Destinações:									
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(101.438)	(134.814)	(236.252)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	304.314	-	(304.314)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>357.618</b>	<b>945.259</b>	<b>(39.567)</b>	<b>(7)</b>	<b>638.489</b>	<b>19.038</b>	<b>1.920.830</b>	<b>1.755.033</b>	<b>3.675.863</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# INSPIRALI

## INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido do exercício		405.752	324.586	613.712	467.458
<b>Ajustes:</b>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6/24	-	-	148.146	126.582
Atualização (reversão) depósitos judiciais	19	(14)	431	(3.804)	(468)
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	11/13/24	10.554	8.658	177.226	229.305
Amortização direito de uso de arrendamentos	12/24	-	-	120.024	115.959
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	11/13	1.123	-	4.907	5.232
Baixa direito de uso de arrendamentos	12	-	-	(579)	(5.017)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(726.454)	(617.999)	-	-
Despesas de juros de empréstimos	14	312.949	277.661	312.949	277.661
Despesa financeira de arrendamentos	12/26	-	-	104.091	103.567
Perda por <i>impairment</i>	13	-	-	-	516
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	19	-	-	15.743	4.122
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	26	460	1.541	6.779	4.176
Multa entrega de imóveis	12	-	-	-	1.528
Valor justo bolsa Proies		-	-	26.069	17.062
Valor justo Ean Out		-	(2.895)	-	(2.895)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	(107)	(74)	(7.130)	(5.535)
Despesa cessão recebíveis do imóvel da PGP		-	-	-	4.391
		<b>4.263</b>	<b>(8.091)</b>	<b>1.518.133</b>	<b>1.343.644</b>
<b>Varição nos ativos e passivos operacionais:</b>					
Redução (aumento) de contas a receber		563	(673)	(236.526)	(239.820)
Redução (aumento) de contas a receber partes relacionadas		(7.717)	9.518	(3.545)	35.589
Redução (aumento) de adiantamentos diversos		312	(106)	437	1.029
Redução (aumento) de depósitos judiciais	19	3	(14)	(634)	5.060
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar		3.506	(2.192)	(5.916)	11.117
Redução (aumento) de outros ativos		(701)	30	(3.300)	25.745
Redução (aumento) de reembolso a receber de antigos proprietários		-	-	(6.691)	479
[Redução] aumento de fornecedores		660	(325)	(10.971)	22.817
[Redução] aumento de contas a pagar partes relacionadas		127	(845)	(6.474)	10.705
[Redução] aumento de obrigações tributárias, sociais e salários		4.762	(6.070)	(6.674)	(29.137)
[Redução] aumento de adiantamento de clientes		(290)	(696)	3.648	(9.618)
[Redução] aumento de parcelamento de impostos e contribuições		-	-	(6.876)	(8.097)
[Redução] aumento de títulos a pagar		-	-	21.749	19.247
[Redução] aumento de provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	19	-	-	(59.149)	(46.041)
[Redução] aumento de outros passivos		(1)	2	(2.204)	(2.678)
[Redução] aumento de créditos tributários		-	-	-	(8.861)
		<b>1.224</b>	<b>(1.371)</b>	<b>(323.126)</b>	<b>(212.464)</b>
<b>Varição nos ativos e passivos operacionais:</b>					
Juros pagos empréstimos	14	(303.319)	(290.175)	(303.319)	(290.175)
Juros pagos sobre arrendamentos	12	-	-	(104.091)	(103.567)

# INSPIRALI

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(2.628)	(1.494)
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(297.832)</b>	<b>(299.637)</b>	<b>784.969</b>	<b>735.944</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aumento de capital em investida	10	(54.118)	(68.608)	-	-
Aumento de capital em coligada		-	-	(490)	-
Reserva de capital em controlada		-	(60)	-	-
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos		-	-	-	(9.472)
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(63.100)	(30.669)	(83.391)	27.949
Rendimento de aplicações financeiras		(88.700)	(40.862)	(152.065)	(94.743)
Compra de ativo imobilizado	11	(3.966)	(727)	(79.480)	(69.995)
Compra de ativo intangível	13	(17.195)	(15.943)	(50.189)	(32.646)
Dividendos recebidos		615.586	709.127	-	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>388.507</b>	<b>552.258</b>	<b>(365.615)</b>	<b>(178.907)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Mútuos com partes relacionadas		-	-	-	76
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Captações		-	1.992.600	-	1.992.600
Amortizações	14	-	(2.000.000)	-	(2.000.012)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas		(2.427)	(20.411)	(47.952)	(37.543)
Pagamento de arrendamentos	12	-	-	(109.864)	(105.961)
Pagamento de multa sobre entrega de imóveis	12	-	-	(7.959)	(8.784)
Amortização de ações preferenciais		-	-	(70.680)	(173.398)
Aumento de capital/Custo de captação		475	1.236	475	1.236
Dividendos pagos		(81.147)	(252.632)	(194.664)	(270.544)
Recuperação de ações em tesouraria		(7)	-	(7)	-
Alienação de ativos em reorganização societária	2.4	-	-	27.385	-
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(83.106)</b>	<b>(279.207)</b>	<b>(403.266)</b>	<b>(602.330)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA GERADO (APLICADO) NO EXERCÍCIO</b>		<b>7.569</b>	<b>(26.586)</b>	<b>16.088</b>	<b>(45.293)</b>
<b>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>					
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5	60.264	86.850	94.324	139.617
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	5	67.833	60.264	110.412	94.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>RECEITA</b>		<b>963</b>	<b>2.395</b>	<b>3.385.866</b>	<b>3.173.618</b>
Receita de produtos e serviços	23	-	-	3.506.316	3.271.918
Outras receitas		963	2.395	27.696	28.282
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	6/24	-	-	(148.146)	(126.582)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS</b>		<b>(39.867)</b>	<b>(22.322)</b>	<b>(836.353)</b>	<b>(751.254)</b>
Custo dos produtos e serviços		-	-	(171.379)	(121.855)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(39.867)	(22.322)	(664.974)	(629.399)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>(38.904)</b>	<b>(19.927)</b>	<b>2.549.513</b>	<b>2.422.364</b>
Depreciação e amortização	24	(10.554)	(8.658)	(297.250)	(345.264)
Rateio depreciação e amortização	24	(221)	(100)	(53.704)	(52.424)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>		<b>(49.679)</b>	<b>(28.685)</b>	<b>2.198.559</b>	<b>2.024.676</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Resultado de equivalência patrimonial		726.454	617.999	-	-
Receitas financeiras	26	86.571	40.600	199.787	140.147
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>763.346</b>	<b>629.914</b>	<b>2.398.346</b>	<b>2.164.823</b>
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>		<b>763.346</b>	<b>629.914</b>	<b>2.398.346</b>	<b>2.164.823</b>
<b>Pessoal</b>		<b>36.619</b>	<b>22.639</b>	<b>888.594</b>	<b>872.589</b>
Remuneração direta		31.704	20.096	751.753	742.119
Benefícios		2.989	1.125	65.685	57.867
FGTS		1.926	1.418	71.156	72.603
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>5.963</b>	<b>1.963</b>	<b>316.345</b>	<b>318.178</b>
Federais		5.913	1.837	176.635	184.623
Estaduais		-	-	18	8
Municipais		50	126	139.692	133.547
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>315.012</b>	<b>280.726</b>	<b>579.695</b>	<b>506.598</b>
Juros	26	314.375	280.567	568.124	495.883
Aluguéis		637	159	11.571	10.715
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>405.752</b>	<b>324.586</b>	<b>613.712</b>	<b>467.458</b>
Lucro retido		304.314	243.440	304.314	243.440
Participação de acionistas não controladores		-	-	207.960	142.872
Dividendos		101.438	81.146	101.438	81.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## INSPIRALI EDUCAÇÃO S/A E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Inspirali Educação S.A., (“Inspirali” ou “Companhia”), foi constituída em 11 de dezembro de 2019, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é a Holding de medicina do Ecossistema Ânima (Ânima Holding S.A. – controladora do Grupo), sendo uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto a administração de instituições de ensino de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas e entidades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

A Inspirali Educação S.A. e suas controladas doravante serão referidas como “Grupo” para fins destas demonstrações financeiras, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### 2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras consideram a Orientação Técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/2014, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de março de 2026.

##### 2.1.1 Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

## 2.2. Adoção de novas normas e práticas contábeis

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- **CPC 18 (R3) / IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto**

A revisão introduz esclarecimentos relacionados à aplicação do método de equivalência patrimonial, incluindo orientações adicionais sobre reconhecimento de perdas, transações entre investidor e investida e aspectos específicos de mensuração e divulgação.

## 2.3. Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir.

Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026:

- **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (alterações nas divulgações)**

As alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 introduziram esclarecimentos sobre a baixa de passivos financeiros, reforçando que a baixa ocorre na data de liquidação e permitindo, em determinadas circunstâncias, a adoção de política contábil para baixa de passivos liquidados por sistemas eletrônicos antes dessa data. Também foram atualizadas as orientações sobre a avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG ou cláusulas não tradicionais, além de esclarecido o conceito de operações “sem direito de regresso” e de instrumentos contratualmente vinculados. As alterações ainda incluíram novos requisitos de divulgação para instrumentos com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de OCI. Essas mudanças não tiveram impacto material para o Grupo.

- **CBPS1/IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade**

A norma estabelece requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com foco nos riscos e oportunidades que possam afetar o valor da entidade no curto, médio e longo prazos, promovendo maior consistência, comparabilidade e utilidade das informações para os usuários.

- **CBPS2/IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima**

A norma define requisitos específicos para a divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades climáticas, incluindo governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas, alinhadas às recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (“TCFD”), com o objetivo de aprimorar a transparência sobre os impactos financeiros das questões climáticas.

Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027:

- **CPC 51/IFRS 18 – Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis**

A norma substitui a IAS 1 e estabelece novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado e do resultado abrangente, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação

de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* - PFS) e das notas explicativas.

- **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**

A norma permite que subsidiárias que não possuam responsabilidade pública adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo, contudo, os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS completas, com o objetivo de simplificar a preparação das demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC emitidas e ainda não vigentes que, na avaliação da Administração, possam ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo, exceto pelo CPC 51, com vigência a partir de 2027, que estabelece novas estruturas de divulgação para determinadas informações. A Administração acompanha continuamente a emissão de novas normas e interpretações pelo IASB.

## 2.4. Bases de consolidação e equivalência em investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina.

Os exercícios sociais das controladas, coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da Controladora.

Saldos e transações entre empresas do Grupo são eliminados integralmente, e as políticas contábeis das controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar conformidade com as práticas adotadas pelo Grupo.

Os saldos de investimentos em controladas e coligadas são apresentados utilizando o método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, conforme descrito na nota explicativa 10. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia mantinha as seguintes participações em controladas, controladas em conjunto, e coligadas:

	Participação (%)	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Controladas (participação direta)</b>		
Room Sistemas Interativos Ltda. (Medroom)	100	100
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. (Sobepe) (i)	-	100
VC Network Educação S.A. (VC Network)	55	55
IBCMED Serviços de Educação S.A. (IBCMED)	100	100
<b>Controladas (participação indireta)</b>		
Brasil Educação S.A. (Brasil) (ii)	55	55
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. (IEDUC) (ii)	55	55
Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. (Sociesc)	55	55
PGP Educação S.A. (PGP Educação)	55	55
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda. (Ages) (i)	55	100
Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda. (Faseh) (iii)	46	41
CESG - Centro de Educação Superior de Guanambi S.A. (UniFG) (iv)	55	30
Insegnare Educacional Ltda. (Insegnare)	55	55
Instituto Ânima de Extensão Universitária Ltda. (Ânima Extensão)	55	55
Instituto Inspirali de Saúde e Desenvolvimento Ltda. (Instituto Inspirali)	55	-

Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. (Inovattus)	55	55
AMC Serviços Educacionais Ltda (AMC)	55	55
ISCP – Sociedade Educacional Ltda. (ISCP ou UAM)	55	55
FACS Serviços Educacionais Ltda. (Unifacs)	55	55
Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda. (UNP ou Apec)	55	55
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde e Bem estar Ltda. (MedPós)	100	100
CREFISO – Centro de Reabilitação e Condicionamento Físico Ltda. (Crefiso)	55	30
FG Farmácia e Drogaria Ltda. (FG Farmácia)	55	30
Clínica Veterinária Unifg Ltda. (FG Veterinária)	55	30
EMR Eu Médico Residente Ensino Ltda. (EMR)	100	100
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. (Sobepe)	55	-

#### Controlada em conjunto (joint venture)

#### Coligadas

Educa Itapevi	24	10
---------------	----	----

- (i) **Sobepe:** Em 1º de agosto de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da VC Network, operação de aumento de capital social no montante de R\$ 193.617, mediante subscrição de uma ação ordinária pela Inspirali. A integralização da ação ocorreu por meio da transferência de 19.279.054 ações da SOBEPE, avaliadas com base em laudo de patrimônio líquido contábil emitido por empresa especializada. Do valor total da subscrição, R\$ 1,00 (um real) foi destinado ao capital social e R\$ 193.617 à reserva de capital.

Essa reestruturação não teve efeito caixa e tampouco impacto nos saldos consolidados e tem como objetivo consolidar ativos estratégicos da área de educação médica sob a estrutura da VC Network, alinhando-se à estratégia de segmentação e especialização da Inspirali no setor.

- (ii) **Brasil e IEDUC:** Em 1º de outubro de 2025 ocorreu a reorganização societária que resultou na transferência de parte dos ativos e direitos da Brasil e IEDUC para a FACEB Educação Ltda. (“FACEB”) controlada da Ânima Holding), com objetivo de reduzir o número de mantenedoras e mantidas, promover sinergias regionais, adequação regulatória e eficiência operacional. As empresas Brasil e IEDUC atuaram como cedentes, vendendo a custo contábil e transferindo para a cessionária FACEB os ativos das respectivas unidades, bem como os direitos sobre a manutenção das IES vinculadas, exceto aquelas com cursos de Medicina. Na Brasil o acerto transferido foi de R\$ 26.992: (i) R\$ 4.293 de contas a receber; (ii) R\$ 26.227 de imobilizado; (iii) R\$ 15.183 de direito de uso; (iv) R\$ 356 de intangível; e (v) R\$ 19.067 de passivo de arrendamento. Na IEDUC o acerto transferido foi de R\$ 393: (i) R\$ 367 de contas a receber; (ii) R\$ 8 de imobilizado; e (iii) R\$ 18 de intangível.
- (iii) **FASEH:** Em 14 de novembro de 2025 foi celebrado o contrato de compra e venda de participação societária, onde houve a aquisição de 10.142 quotas do capital social da FASEH, no montante aproximado de R\$ 28.327. A Inovattus aumentou sua participação societária na FASEH, passando de 73,76% para 83,90%. A operação foi caracterizada como transação entre acionistas, uma vez que a Companhia já detinha o controle final do Faseh por meio da Inovattus. A Faseh permanece sendo integralmente consolidada nas demonstrações financeiras da Inspirali.
- (iv) **UniFG:** Em 12 de setembro de 2025, a Insegnare, subsidiária da Inspirali, exerceu os direitos decorrentes de instrumento contratual de opção para aquisição dos 45% remanescentes do capital social da UniFG, passando a deter 100% da companhia. A operação foi caracterizada como transação entre acionistas, uma vez que a Insegnare já detinha controle e consolidava a UniFG desde 2020. Os efeitos da transação foram retroagidos a 1º de julho de 2025.

A contraprestação total acordada foi de R\$ 90.899, composta por:

- (i) assunção, pela Insegnare, de obrigações dos vendedores relativas a saldos a integralizar e outros créditos detidos pela UniFG contra os vendedores, totalizando R\$ 82.156, sem impacto em caixa (vide nota Explicativa nº 31). Estes saldos estavam registrados no balanço consolidado como “Direitos a receber por aquisições”; e
- (ii) compromisso de concessão de bolsas de estudo no valor de até R\$ 2.000, a serem utilizadas por beneficiários indicados pelos vendedores, no prazo de até 24 meses contados da data de fechamento, sem impacto em caixa (vide nota explicativa nº 31); e
- (iii) pagamento em caixa de R\$ 6.743.

Adicionalmente, foram pagos dividendos aos vendedores no montante de R\$ 23.257, referentes aos lucros retidos de 2024 e do período findo em 30 de junho de 2025, referentes à distribuição de lucros aos acionistas minoritários.

A transação inclui ainda um eventual compromisso de até R\$ 500 por vaga de medicina, limitado a R\$ 94.000, condicionado à publicação de Portaria de Autorização pelo MEC até 31 de dezembro de 2026, conforme critérios e prazos definidos contratualmente. Não foi registrado passivo relacionado ao compromisso, por se tratar de evento futuro e incerto, não atendendo aos critérios para reconhecimento como passivo.

## 2.5. Comparabilidade

As demonstrações dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não incluem o resultado integral da investida EMR que passa a ser consolidados a partir de 02 de dezembro de 2024 (nota explicativa 4).

## 2.6. Julgamentos e estimativas contábeis

De acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que influenciam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados nas demonstrações financeiras. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente, e seus efeitos são reconhecidos no período da revisão. Entretanto, os resultados reais podem divergir das estimativas adotadas.

As estimativas e julgamentos contábeis relevantes, e as respectivas notas explicativas, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas se referem a:

- i. Imposto de renda e contribuição social – nota 8
- ii. Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ ICPC 22) – nota 8
- iii. Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis – nota 19
- iv. Direito de uso de arrendamentos e arrendamento a pagar – nota 12
- v. Perdas estimadas – contas a receber – nota 6
- vi. Impairment de ativos não financeiros – nota 13

## 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e ao longo das notas explicativas, em conjunto com os assuntos aos quais se relacionam. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, salvo indicação do contrário.

### 3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

## 4. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO EM 2024

### 4.1. Composição preço de compra e ágio - EMR

Em 2 de dezembro de 2024, o IBCMED efetuou a aquisição integral da Eu Médico Residente ("EMR"), pagando o montante à vista de R\$ 15.000, permanecendo em aberto o saldo a pagar de R\$ 60.000, sendo R\$ 10.000 referente ao preço de compra e R\$ 50.000 referente à estimativa de *earn-out*.

	EMR
Data de aquisição	02/12/2024
% Participação	100,00%
Pagamento à vista	15.000
Pagamentos parcelados	10.000
Earn-out	50.000
<b>Valor nominal da aquisição</b>	<b>75.000</b>
[ - ] Ajuste a valor presente	(23.119)
<b>Valor presente da aquisição</b>	<b>51.881</b>
Ativos líquidos adquiridos a valor justo – mensuração preliminar	(23.136)
Ativos líquidos adquiridos a valor justo – mensuração período subsequente	(988)
<b>Ágio gerado na aquisição (final)</b>	<b>27.757</b>

### 4.2. Valor justo das aquisições - EMR

Alocação dos ativos	2025	2024
	EMR	EMR
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	-	5.530
Outros ativos circulantes	-	3.316
Imobilizado	-	913
Intangível	-	3.789
Carteira de clientes	272	-
Marca	-	22.345
Tecnologia	1.226	11.565
	<b>1.498</b>	<b>47.458</b>
<b>Passivos</b>		
Circulantes	-	6.792
IR/CS diferido passivo	510	11.530
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.000
	<b>510</b>	<b>24.322</b>
<b>Ativos líquidos adquiridos a valor justo</b>	<b>988</b>	<b>23.136</b>

A Companhia e seus consultores concluíram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a apuração dos ativos e passivos a valor justo relacionados à aquisição, bem como a determinação final do ágio ou ganho por compra vantajosa decorrente da transação. Assim, para 2025, encontra-se apresentada a alocação final do preço de compra, não havendo ajustes adicionais pendentes no período de mensuração.

## POLÍTICA

O Grupo adota o método de aquisição para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente da natureza dos ativos ou instrumentos patrimoniais envolvidos. A contraprestação transferida compreende valores justos de ativos transferidos, passivos incorridos pelo adquirente com os ex-proprietários, participações societárias emitidas pelo Grupo, o valor justo de ativos transferidos ou passivos decorrentes de contraprestação contingente e de eventual participação pré-existente na adquirida.

Os ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes são, com algumas exceções, mensurados a valor justo na data da aquisição. A participação não controladora é reconhecida, aquisição a aquisição, pelo valor justo ou pela proporção correspondente nos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

A mensuração dos ativos e passivos ao valor justo baseia-se em avaliações de especialistas externos, que utilizam estimativas relevantes relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados. A Administração exerce julgamentos sobre contingências e efeitos tributários relacionados à combinação de negócios. Os custos de aquisição são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O ágio é apurado quando a soma da contraprestação transferida, da participação não controladora e da participação pré-existente excede o valor justo dos ativos líquidos identificáveis; caso contrário, a diferença é reconhecida como ganho por compra vantajosa.

Contraprestações diferidas são ajustadas a valor presente na data da aquisição e classificadas como passivo financeiro. A contraprestação contingente é igualmente reconhecida como passivo financeiro e reavaliada periodicamente a valor justo, com efeitos no resultado.

## 5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	182	76	17.291	17.299
Aplicações financeiras - Operações	67.651	60.188	93.121	77.025
<b>Total do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>67.833</b>	<b>60.264</b>	<b>110.412</b>	<b>94.324</b>
Aplicações financeiras - Investimento				
Curto prazo	659.842	508.042	1.046.306	810.850
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>659.842</b>	<b>508.042</b>	<b>1.046.306</b>	<b>810.850</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>727.675</b>	<b>568.306</b>	<b>1.156.718</b>	<b>905.174</b>

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimento, com liquidez imediata, que têm por objetivo alocar recursos em ativos financeiros de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI. Os fundos em que são aplicados tais recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa. A rentabilidade das cotas

desses fundos atingiu, nos últimos doze meses, percentual médio de 101,58% do CDI (percentual médio de 104,55% em 31 de dezembro de 2024).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Grupo mantinha aproximadamente R\$ 32.246 dos valores apresentados no quadro acima classificados como dados em garantia ou bloqueados.

## POLÍTICA

Caixa e equivalentes de caixa compreendem valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencimento original de até três meses e risco insignificante de alteração de valor. Aplicações em CDBs e fundos de investimento com liquidez diária, ainda que indexados à taxa DI, não são classificadas como equivalentes de caixa, pois possuem ativos com vencimentos superiores a três meses.

## 6. CONTAS A RECEBER E ADIANTAMENTO DE CLIENTES

### 6.1 CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber mensalidades (a)	727.957	751.215
FIES - Financiamento estudantil (b)	89.726	84.502
Financiamentos (c)	265.051	212.696
Eventos, sublocações, serviços e outros	39.091	34.061
<b>Total</b>	<b>1.121.825</b>	<b>1.082.474</b>
Perdas estimadas (d)	(418.691)	(428.769)
<b>Total geral contas a receber</b>	<b>703.134</b>	<b>653.705</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>609.885</b>	<b>578.456</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>93.249</b>	<b>75.249</b>

- (a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas controladas realizaram antecipação de recebíveis e cessão de direitos fiduciários, ambos provenientes de cartão de crédito. O valor líquido recebido referente à antecipação de recebíveis foi de R\$ 277.460 (R\$ 117.611 medicina e R\$ 159.849 ex-medicina) com taxas de desconto entre 1,09% e 1,66% ao mês (entre 0,90% e 1,02% em 31 de dezembro de 2024). O valor líquido recebido referente à cessão de direitos fiduciários foi de R\$ 2.848 (R\$ 36.245 em 31 de dezembro de 2024), somente em ex-medicina, com taxa de desconto entre 1,30% e 1,40% ao mês (entre 0,97% e 1,06% em 31 de dezembro de 2024). Ambas as operações não possuem direito de regresso.
- (b) Refere-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo.
- (c) Refere-se a mensalidades financiadas, líquidas do ajuste a valor presente, decorrentes, principalmente, do Praver e Facilita. No Facilita, o aluno ingressante paga o valor entre R\$ 49,00 e R\$ 99,00 nas primeiras

mensalidades e a diluição da diferença para o valor integral dessas mensalidades, sem bolsas e/ou benefícios, ocorre em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular de conclusão do curso. Já no Pravalor, o aluno normalmente paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado, até completar o dobro do tempo do curso. As taxas de financiamento cobradas dos alunos variam conforme a modalidade do contrato, que também são corrigidas pela inflação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou operações de antecipação de recebíveis relacionados ao Pravalor, em medicina, resultando no ingresso líquido de R\$ 127.732, após dedução de taxas de deságio e comissões, a operação não possui direito de regresso.

- (d) A Companhia e suas controladas constituem perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente calculada e avaliada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade de alteração nos percentuais de estimativa de perdas com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, em que também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras, por faixa de vencimento, utilizados na política da Companhia:

Consolidado					
31/12/2025					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	414.542	(74.958)	18,08%	339.584	48,30%
Cartão de Crédito	26.007	-	-	26.007	3,70%
FIES	89.726	(7.512)	8,37%	82.214	11,69%
<b>Vencidos:</b>					
De 0 a 90 dias	147.872	(54.825)	37,08%	93.047	13,23%
De 91 a 180 dias	82.216	(34.328)	41,75%	47.888	6,81%
De 181 a 360 dias	144.089	(87.470)	60,71%	56.619	8,05%
De 361 a 720 dias	217.373	(159.598)	73,42%	57.775	8,22%
<b>Total</b>	<b>1.121.825</b>	<b>(418.691)</b>	<b>37,32%</b>	<b>703.134</b>	<b>100,00%</b>

Consolidado					
31/12/2024					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	394.569	(96.908)	24,56%	297.661	45,53%
Cartão de Crédito	17.545	-	-	17.545	2,68%
FIES	84.502	(10.486)	12,41%	74.016	11,32%
<b>Vencidos:</b>					
De 0 a 90 dias	151.715	(49.373)	32,54%	102.342	15,66%
De 91 a 180 dias	79.461	(31.898)	40,14%	47.563	7,28%
De 181 a 360 dias	129.797	(78.016)	60,11%	51.781	7,92%
De 361 a 720 dias	224.885	(162.088)	72,08%	62.797	9,61%
<b>Total</b>	<b>1.082.474</b>	<b>(428.769)</b>	<b>39,61%</b>	<b>653.705</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação das perdas estimadas nos exercícios é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>428.769</b>	<b>418.338</b>
Perdas estimadas no exercício	148.146	126.582
Títulos baixados no exercício (i)	(158.224)	(116.151)
<b>Saldo final</b>	<b>418.691</b>	<b>428.769</b>

(i) Refere-se a títulos baixados na contabilidade, os quais estão vencidos há mais de dois anos.

## Informação complementar sobre o contas a receber de mensalidades dos alunos de medicina

O saldo de contas a receber de mensalidades compreende recebíveis relacionados a: (i) estudantes de medicina em cursos de graduação e pós-graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina; (ii) estudantes em demais cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância. Apresentamos a seguir um detalhamento complementar dos valores a receber e das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa relativos às mensalidades de estudantes de medicina e demais cursos. Essa composição não compreende os saldos relativos às contas a receber de FIES - Financiamento estudantil, Financiamentos, Eventos, Sublocações, serviços e outros.

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Estudantes medicina	Estudantes não medicina	Total
Graduação	139.571	235.124	374.695
Pós-Graduação	34.081	4.012	38.093
Cartões	22.453	3.554	26.007
Mestrado, Doutorado, EAD e outros	-	289.162	289.162
<b>Total</b>	<b>196.105</b>	<b>531.852</b>	<b>727.957</b>
Graduação	139.571	235.124	374.695
Perdas estimadas	(73.261)	(148.242)	(221.503)
<b>Total graduação líquido</b>	<b>66.310</b>	<b>86.882</b>	<b>153.192</b>
Financiamento	127.088	137.963	265.051

Para os estudantes de medicina temos 45,0% e para os estudantes não medicina temos 56,2%, respectivamente, das perdas estimadas referentes a contas a receber vencidas em até 360 dias.

Consolidado			
31/12/2024			
	Estudantes medicina	Estudantes não medicina	Total
Graduação	135.886	271.682	407.568
Pós-Graduação	15.102	12.484	27.586
Cartões	12.234	5.311	17.545
Mestrado, Doutorado, EAD e outros	-	298.516	298.516
<b>Total</b>	<b>163.222</b>	<b>587.993</b>	<b>751.215</b>
Graduação	135.886	271.682	407.568
Perdas estimadas	(59.458)	(161.031)	(220.489)
<b>Total graduação líquido</b>	<b>76.428</b>	<b>110.651</b>	<b>187.079</b>
Financiamento	88.377	124.319	212.696

O saldo de contas a receber mensalidade e o contas a receber financiamentos, está demonstrado abaixo:

Consolidado – Medicina					
31/12/2025					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	161.994	(16.216)	10,01%	145.778	60,03%
Cartão de Crédito	22.453	-	-	22.453	9,25%
<b>Vencidos:</b>					
De 0 a 90 dias	50.804	(17.089)	33,64%	33.715	13,88%
De 91 a 180 dias	27.333	(9.400)	34,39%	17.933	7,38%
De 181 a 360 dias	24.681	(13.672)	55,39%	11.009	4,53%
De 361 a 720 dias	35.928	(23.985)	66,76%	11.943	4,92%
<b>Total</b>	<b>323.193</b>	<b>(80.362)</b>	<b>24,87%</b>	<b>242.831</b>	<b>100,00%</b>

Consolidado – Ex-Medicina					
31/12/2025					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	200.786	(65.597)	32,67%	135.189	39,81%
Cartão de Crédito	3.554	-	-	3.554	1,05%
<b>Vencidos:</b>					
De 0 a 90 dias	100.550	(37.531)	37,33%	63.019	18,56%
De 91 a 180 dias	57.322	(24.715)	43,12%	32.607	9,60%
De 181 a 360 dias	123.884	(72.807)	58,77%	51.077	15,04%
De 361 a 720 dias	183.719	(129.574)	70,53%	54.145	15,94%
<b>Total</b>	<b>669.815</b>	<b>(330.224)</b>	<b>49,30%</b>	<b>339.591</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento

# INSPIRALI

Consolidado - Medicina					
31/12/2024					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	104.039	(12.618)	12,13%	91.421	48,49%
Cartão de Crédito	12.234	-	-	12.234	6,49%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	56.016	(15.022)	26,82%	40.994	21,75%
De 91 a 180 dias	27.895	(8.051)	28,86%	19.844	10,53%
De 181 a 360 dias	29.245	(10.457)	35,76%	18.788	9,97%
De 361 a 720 dias	22.170	(16.956)	76,48%	5.214	2,77%
<b>Total</b>	<b>251.599</b>	<b>(63.104)</b>	<b>25,08%</b>	<b>188.495</b>	<b>100,00%</b>

Consolidado – Ex-Medicina					
31/12/2024					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	244.145	(86.038)	35,24%	158.107	44,05%
Cartão de Crédito	5.311	-	-	5.311	1,48%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	98.954	(33.979)	34,34%	64.975	18,10%
De 91 a 180 dias	53.441	(23.746)	44,43%	29.695	8,27%
De 181 a 360 dias	130.001	(74.821)	57,55%	55.180	15,37%
De 361 a 720 dias	180.460	(134.763)	74,68%	45.697	12,73%
<b>Total</b>	<b>712.312</b>	<b>(353.347)</b>	<b>49,61%</b>	<b>358.965</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento

## 6.2 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de alunos (a)	-	290	94.106	91.915
Crédito bolsas (b)	-	-	9.417	8.214
Faturamento antecipado de clientes	-	-	96	-
Projetos de pesquisa	-	-	1.234	1.076
<b>Total</b>	-	<b>290</b>	<b>104.853</b>	<b>101.205</b>
<b>Passivo circulante</b>	-	<b>290</b>	<b>95.053</b>	<b>92.616</b>
<b>Passivo não circulante</b>	-	-	<b>9.800</b>	<b>8.589</b>

- (a) Refere-se, principalmente, a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente e ao crédito dos alunos participantes do Pravaler, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravaler S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Pravaler S.A. e o aluno, sendo que este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravaler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravaler realiza o repasse antecipado de parte substancial do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia.
- (b) Referem-se a (i) créditos dos vendedores da manutenção da Unisul, que podem utilizá-los mediante a concessão de bolsas de estudo ou pela comercialização de tais bolsas, conforme previsto no contrato de compra e venda, e (ii) bolsas do programa Predu (Programa Educação para Todos) ofertadas pela Prefeitura de Paripiranga aos alunos da Ages e Ages Educação, de forma integral ou parcial nos cursos presenciais até a conclusão do curso. As fontes de recursos das bolsas Predu são provenientes da conversão dos valores devidos de ISS e IPTU à prefeitura de Paripiranga.

### Informação complementar sobre os adiantamentos de clientes dos alunos de medicina

	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2025			31/12/2024		
	Medicina	Ex-medicina	Total	Medicina	Ex- medicina	Total
Adiantamentos de clientes	43.163	61.690	104.853	45.561	55.644	101.205
<b>Total</b>	<b>43.163</b>	<b>61.690</b>	<b>104.853</b>	<b>45.561</b>	<b>55.644</b>	<b>101.205</b>

## POLÍTICA

### Contas a receber

As contas a receber de clientes representam os valores que o Grupo tem a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal de suas atividades. Essas contas são mantidas com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais. Elas são inicialmente reconhecidas pela contraprestação a receber identificada nos respectivos contratos com clientes e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado (utilizando o método da taxa de juros efetiva), deduzidas das estimativas para perdas. Caso o prazo de recebimento for igual ou inferior a um ano, as

contas são classificadas no ativo circulante; caso o prazo seja superior a um ano, são apresentadas no ativo não circulante. Determinadas modalidades de recebíveis, como os financiamentos estudantis concedidos aos alunos, possuem prazos de realização superiores ao ciclo operacional normal. Para esses contratos, quando aplicável, o Grupo reconhece o ajuste a valor presente (AVP) com base na taxa CDI.

## Adiantamentos de Clientes

Os adiantamentos de clientes correspondem a passivos contratuais reconhecidos quando o Grupo recebe contraprestação antes da transferência dos serviços educacionais e outros serviços complementares oferecidos pelo Grupo aos clientes. Esses valores são registrados no passivo circulante no momento do recebimento. A receita é reconhecida à medida que o Grupo satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos com clientes, geralmente ao longo do prazo contratual.

## JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

### Perdas Estimadas

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada da CPC 48/IFRS 9, que exige o reconhecimento das perdas esperadas ao longo da vida do ativo desde o reconhecimento inicial. Para tal, as contas são registradas pelo valor faturado ajustado pelas perdas de crédito esperadas.

A estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa é avaliada prospectivamente. A metodologia aplicada considera se houve uma mudança significativa do risco de crédito e utiliza como base as perdas históricas incorridas nos últimos três anos. As taxas históricas são ajustadas para refletir informações atuais e futuras sobre fatores macroeconômicos que possam afetar a capacidade de liquidação dos recebíveis. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas analisam e ajustam as taxas históricas com base em outros fatores relevantes.

Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, em termos gerais, bloqueada para os alunos inadimplentes com empresas do Grupo.

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF (a)	14.437	10.427	29.574	24.731
IRPJ/CSLL (b)	-	-	7.381	6.591
Saldo Negativo IRPJ/CSLL (c)	5.653	11.203	16.282	23.036
PIS/COFINS/CSLL	121	2.292	9.309	5.601
Outros	205	-	8.452	5.123
<b>Total</b>	<b>20.416</b>	<b>23.922</b>	<b>70.998</b>	<b>65.082</b>
<b>Circulante</b>	<b>20.207</b>	<b>11.371</b>	<b>50.058</b>	<b>29.552</b>
<b>Não circulante</b>	<b>209</b>	<b>12.551</b>	<b>20.940</b>	<b>35.530</b>

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras.

- (b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPs para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) para ajuste anual da apuração do lucro real.
- (c) Referem-se aos valores recuperáveis das IES que serão objeto de PER/DCOMPs para quitação de outros tributos administrados pela RFB.

## POLÍTICA

A Companhia registra créditos tributários, quando surge o direito legal de recuperação, e que seja provável a realização do benefício econômico futuro.

Os impostos a recuperar são classificados no ativo circulante ou não circulante, conforme a expectativa de realização.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

### 8.1. Créditos fiscais não constituídos

**ATIVO** - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de imposto de renda (“IRPJ”) sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) sobre base negativa; entretanto, o registro contábil de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A Controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 1.102.090 (R\$ 782.708, em 31 de dezembro de 2024) e, no consolidado, o montante é de R\$ 1.529.388 (R\$ 1.145.430, em 31 de dezembro de 2024), não sujeitos a prazo prescricional.

Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

	Controladora		
	31/12/2024	Constituição/ Reversão de crédito tributário	31/12/2025
Imposto de renda	1.400	28	1.428
Contribuição social	505	79	584
<b>Total</b>	<b>1.905</b>	<b>107</b>	<b>2.012</b>

  

	Controladora			
	31/12/2023	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Estorno de crédito tributário	31/12/2024
Imposto de renda	1.346	71	(17)	1.400
Contribuição social	485	26	(6)	505
<b>Total</b>	<b>1.831</b>	<b>97</b>	<b>(23)</b>	<b>1.905</b>

	Consolidado				
	31/12/2024	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Estorno de crédito tributário	Compensação tributo diferido passivo	31/12/2025
Imposto de renda	-	11.768	(7.149)	(4.619)	-
Contribuição social	-	4.230	(2.574)	(1.656)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>15.998</b>	<b>(9.723)</b>	<b>(6.275)</b>	<b>-</b>

Consolidado							
31/12/2023	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Estorno de crédito tributário	Compensação com parcelamento	Compra crédito tributário	Compensação tributo diferido passivo	31/12/2024	
Imposto de renda	-	16.712	(12.552)	(10.056)	6.515	(619)	-
Contribuição social	-	6.016	(4.519)	(3.620)	2.346	(223)	-
<b>Total</b>	-	<b>22.728</b>	<b>(17.071)</b>	<b>(13.676)</b>	<b>8.861</b>	<b>(842)</b>	-

**PASSIVO** - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios, que deram origem a uma obrigação fiscal diferida que será realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

No exercício findo em 31 dezembro de 2025, os tributos diferidos passivos estão apresentados pelo seu valor líquido, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, sendo, em geral, relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido consolidado.

Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido passivo:

Consolidado					
	31/12/2024	Amortização de tributo diferido sobre a mais valia	Compensação com tributo diferido ativo	Combinação de negócio	31/12/2025
Imposto de renda	28.866	(2.119)	(4.619)	374	22.502
Contribuição social	10.391	(763)	(1.656)	135	8.107
<b>Total</b>	<b>39.257</b>	<b>(2.882)</b>	<b>(6.275)</b>	<b>509</b>	<b>30.609</b>

Consolidado						
	31/12/2023	Amortização de tributo diferido sobre a mais valia	Compensação com tributo diferido ativo	Transferência	Combinação de negócio	31/12/2024
Imposto de renda	22.631	(1.619)	(619)	(7)	8.480	28.866
Contribuição social	8.149	(582)	(223)	(3)	3.050	10.391
<b>Total</b>	<b>30.780</b>	<b>(2.201)</b>	<b>(842)</b>	<b>(10)</b>	<b>11.530</b>	<b>39.257</b>

## 8.2. Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes de IRPJ e CSLL	405.645	324.512	606.582	461.923
Alíquota fiscal combinada	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
<b>IRPJ e CSLL calculados pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>(137.920)</b>	<b>(110.334)</b>	<b>(206.238)</b>	<b>(157.054)</b>
<b>Ajustes ao resultado:</b>				
Equivalência patrimonial	246.994	210.120	-	-
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	278.212	186.066
Créditos tributários não constituídos (b)	(108.348)	(102.299)	(137.598)	(136.689)
Amortização de ágio	-	-	61.009	61.398
Outras adições e exclusões	(619)	2.587	11.745	51.814
<b>IRPJ e CSLL calculados</b>	<b>107</b>	<b>74</b>	<b>7.130</b>	<b>5.535</b>
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	-	-	(2.027)	(2.323)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	107	74	9.157	7.858
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	0,02%	0,02%	1,18%	1,20%

- (a) Refere-se ao benefício das isenções fiscais do Imposto de Renda, da Contribuição Social, da COFINS e do PIS, em cumprimento ao disposto pela legislação do PROUNI. Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente por meio da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.
- (b) Tais créditos não constituídos referem-se a diversas diferenças temporárias (por exemplo perdas estimadas, provisão para riscos, entre outros) sobre as quais não foram constituídos créditos tributários tendo em vista a não existência de expectativa de sua realização. Portanto, estas diferenças temporárias não geram ativo fiscal diferido.

## POLÍTICA

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício são compostas pelos tributos correntes e diferidos.

O reconhecimento desses tributos ocorre, em regra geral, na demonstração do resultado. Contudo, se o imposto estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, ele deve ser reconhecido na mesma rubrica.

## Corrente

As Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos ("PROUNI"), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em tecnologia. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o Lucro

Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos.

O imposto de renda e a contribuição social a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a contribuição social correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI.

Os ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

## **JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**

### **Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados ou quando há reconhecimento de imposto diferido decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído. A probabilidade da disponibilidade de lucros tributáveis futuros é baseada em projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da contribuição social também considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo das instituições é equivalente a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

### **Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ ICPC 22)**

O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos.

## 9. DIREITOS A RECEBER POR AQUISIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Reembolsáveis por alienantes (a)	29.790	104.582
Ativos de indenização (b)	203.176	102.809
Empréstimos a terceiros (c)	6.352	8.960
<b>Total</b>	<b>239.318</b>	<b>216.351</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>239.318</b>	<b>216.351</b>

- (a) Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, IEDUC, UniFG, UAM e APEC provenientes de processos judiciais e parcelamentos fiscais pagos pelas controladas da Companhia que, de acordo com o respectivo contrato de compra, são de responsabilidade dos antigos proprietários. Esses valores podem ser compensados com aluguéis ou outros pagamentos devidos aos antigos proprietários. Em 31 de dezembro de 2025, temos um saldo de R\$ 29.650 (R\$ 29.924 em 31 de dezembro de 2024) a receber dos antigos controladores da IEDUC. A redução do saldo em 31 de dezembro de 2025 decorre principalmente da compensação dos valores relacionados à aquisição da participação remanescente da UniFG (em 31 de dezembro de 2024 o saldo era de R\$ 78.258), conforme mencionado na nota explicativa 2.4).
- (b) O Grupo registra os ativos de indenização, em contrapartida de passivos contingentes (nota explicativa 19), relacionados às aquisições de suas controladas. Nos contratos de aquisição das controladas, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar o Grupo por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que são oriundos da gestão dos vendedores. A variação apresentada em 2025 decorre, principalmente, do reconhecimento do ativo de indenização relacionado ao processo tributário da UAM/ISCP, cujo risco foi reclassificado para provável no exercício. Conforme previsto contratualmente, tais valores serão reembolsados pelos antigos proprietários ou compensados com pagamentos de aluguéis devidos, quando aplicável. Parte relevante dos ativos de indenização permanece associada às aquisições da UAM e demais entidades do antigo Grupo Laureate.
- (c) Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 1,7% a.m., com prazo de vencimento até 2035. O empréstimo é garantido pelos pagamentos do arrendamento devidos aos antigos proprietários.

### POLÍTICA

Se refere a despesas ou indenizações, identificados e mensurados em relação às combinações de negócios, de responsabilidade de ex-proprietários das adquiridas, conforme previsto nos respectivos contratos de compra e venda. Os ativos de indenização têm um passivo relacionado.

## 10. INVESTIMENTOS

As principais informações financeiras do exercício das controladas diretas, coligadas e controladas em conjunto estão demonstradas a seguir:

31/12/2025							
Controladas via participação direta e demais participações							
Participação direta no patrimônio líquido	Total de Ativos	Total dos Passivos	(-) Demais participações (i)	Patrimônio líquido	(-) Resultado de demais participações (i)	Resultado do exercício	
VC Network (ii)	55%	4.830.503	355.136	1.721.475	2.753.892	180.574	715.107
Sobepe (iii)	-	-	-	-	-	-	24.438
IBCMED	100%	156.867	61.377	-	95.490	-	(12.407)
Medroom	100%	16.484	1.117	-	15.367	-	(684)
Ágio	-	-	-	-	52.102	-	-
					<b>2.916.851</b>		<b>726.454</b>

- (i) Refere-se à participação de acionistas minoritários.
- (ii) Refere-se à participação de 55% da Companhia no capital social da VC Network, que é representada por ações ordinárias que dão direito ao resultado líquido das operações oriundas dos cursos de Medicina. Caso, no encerramento do exercício, o resultado das operações não relacionadas à graduação de medicina impacte a distribuição do resultado da VC Network, a Ânima indenizará a Inspirali referente a este impacto e vice-versa. Os critérios de rateio para apuração dos resultados das operações na VC Network foram revisados por firma independente de auditoria e aprovados pelos órgãos de governança da Inspirali e pelo Conselho de Administração da Ânima por recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Riscos da Companhia, por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.
- (iii) Refere-se à reestruturação societária que resultou no aporte de ações da Sobepe, efetuado pela Inspirali na VC Network (nota explicativa 2.4)

Seguem abaixo as controladas que possuem ou possuíram, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, participação de acionistas não controladores:

31/12/2025							
Participação no patrimônio líquido	Total de Ativos	Total de passivos	[-] Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido	[-] Resultado de acionistas não controladores	Resultado do Exercício	
UniFG (i)	100%	113.896	73.519	-	40.377	10.564	33.483
Faseh (ii)	84%	229.374	20.927	33.558	174.889	16.821	51.709
VC Network	55%	4.830.503	355.136	1.721.475	2.753.892	180.575	715.107
				<b>1.755.033</b>		<b>207.960</b>	

- (i) Em 12 de setembro de 2025, a Insegnare, controlada indiretas da Inspirali, exerceu os direitos decorrentes de instrumento contratual de opção para aquisição dos 45% remanescentes do capital social da UniFG (nota explicativa 2.4).

- (ii) Em 14 de novembro de 2025, a Inovattus, controlada indiretas da Inspirali, adquiriu 10.142 quotas da Faseh detidas pelos acionistas não controladores (nota explicativa 2.4).

Movimentação dos saldos no exercício:

	Controladora						Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial (ii)	Reorganização Societária (i)	
<b>Ativo</b>							
VC Network	2.616.498	-	715.107	(715.107)	(56.223)	193.617	2.753.892
Sobepe	187.680	-	24.438	(18.501)	-	(193.617)	-
IBCMED	57.993	49.904	(12.407)	-	-	-	95.490
Medroom	11.837	4.214	(684)	-	-	-	15.367
Ágio	52.102	-	-	-	-	-	52.102
	<b>2.926.110</b>	<b>54.118</b>	<b>726.454</b>	<b>(733.608)</b>	<b>(56.223)</b>	<b>-</b>	<b>2.916.851</b>

- (i) Refere-se à reestruturação societária que resultou no aporte de ações da Sobepe, efetuado pela Inspirali na VC Network (nota explicativa 2.4).
- (ii) O saldo refere-se à: (a) R\$ 47.875 decorrente a aquisição dos 45% remanescentes do capital social da UniFG, pela Insegnare; e (b) R\$ 8.348 referente a aquisição de 10% de participação na Faseh, pela Inovattus (nota explicativa 2.4 e 20)

	Controladora					Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	
<b>Ativo</b>						
VC Network	2.615.728	770	602.741	-	(602.741)	2.616.498
Sobepe	190.498	-	29.759	-	(32.577)	187.680
IBCMED	7.567	59.802	(9.436)	60	-	57.993
Medroom	8.866	8.036	(5.065)	-	-	11.837
Ágio	52.102	-	-	-	-	52.102
	<b>2.874.761</b>	<b>68.608</b>	<b>617.999</b>	<b>60</b>	<b>(635.318)</b>	<b>2.926.110</b>

## POLÍTICA

### Controladas

Controladas, diretas ou indiretas, são todas as entidades, inclusive entidades estruturadas, sobre as quais o Grupo exerce o controle. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido pela Companhia. Saldos e transações entre empresas do Grupo são eliminados.

## Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida no resultado do exercício e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas de patrimônio do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações em nome da coligada ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Quaisquer ganhos e perdas de diluição resultantes da alteração na participação em coligadas são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

## 11. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora			
		31/12/2025			31/12/2024
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	3.029	(659)	2.370	656
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	428	(6)	422	-
Móveis e utensílios	10%	228	(6)	222	3
Máquinas e equipamentos	10%	48	(1)	47	-
Equipamentos de Laboratórios	10%	40	-	40	-
Outros	10% e 20%	29	(18)	11	602
<b>Total</b>		<b>3.802</b>	<b>(690)</b>	<b>3.112</b>	<b>1.261</b>

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado			
		31/12/2025			31/12/2024
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	100.155	(85.332)	14.823	14.452
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	517.265	(346.603)	170.662	191.736
Móveis e utensílios	10%	78.206	(55.652)	22.554	24.853
Máquinas e equipamentos	10%	104.720	(83.735)	20.985	22.879
Edificações	1,43% a 4%	55.350	(22.269)	33.081	35.504
Terrenos	-	18.982	-	18.982	18.982
Biblioteca e videoteca	10%	95.761	(90.302)	5.459	8.838
Imobilizado em andamento	-	1.355	-	1.355	4.765
Equipamentos de laboratório	10%	151.229	(88.349)	62.880	64.001
Outros	10% e 20%	25.494	(21.201)	4.293	2.642
<b>Total</b>		<b>1.148.517</b>	<b>(793.443)</b>	<b>355.074</b>	<b>388.652</b>

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora					Saldo líquido em 31/12/2025
	Saldo líquido em 31/12/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências (i)	
Computadores e periféricos	656	3.223	(386)	(1.123)	-	2.370
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	429	(7)	-	-	422
Móveis e utensílios	3	225	(6)	-	-	222
Máquinas e equipamentos	-	48	(1)	-	-	47
Equipamentos de laboratório	-	41	(1)	-	-	40
Outros	602	-	(12)	-	(579)	11
<b>Total</b>	<b>1.261</b>	<b>3.966</b>	<b>(413)</b>	<b>(1.123)</b>	<b>(579)</b>	<b>3.112</b>

	Controladora				Saldo líquido em 31/12/2024
	Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Depreciações	Reclassificação	
Computadores e periféricos	745	18	(182)	75	656
Móveis e utensílios	-	-	-	3	3
Imobilizado em andamento	-	251	-	(251)	-
Outros	21	458	(50)	173	602
<b>Total</b>	<b>766</b>	<b>727</b>	<b>(232)</b>	<b>-</b>	<b>1.261</b>

Consolidado							
Saldo líquido em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificações	Reorganização societária (ii)	Transferências (i)	Saldo líquido em 31/12/2025
Computadores e periféricos	14.452	7.022	(1.284)	(5.264)	132	(235)	14.823
Benfeitorias em imóveis de terceiros	191.736	36.863	(2.632)	(47.099)	10.027	(579)	170.662
Móveis e utensílios	24.853	4.547	(44)	(5.680)	532	(1.654)	22.554
Máquinas e equipamentos	22.879	4.654	(199)	(4.906)	(93)	(1.350)	20.985
Edificações	35.504	-	-	(2.423)	-	-	33.081
Terrenos	18.982	-	-	-	-	-	18.982
Biblioteca e videoteca	8.838	-	-	(3.174)	-	(205)	5.459
Imobilizado em andamento	4.765	8.289	(545)	-	(11.154)	-	1.355
Equipamentos de laboratório	64.001	15.268	(189)	(11.616)	504	(5.088)	62.880
Outros	2.642	2.837	(14)	(1.175)	52	(49)	4.293
<b>Total</b>	<b>388.652</b>	<b>79.480</b>	<b>(4.907)</b>	<b>(81.337)</b>	<b>-</b>	<b>(26.235)</b>	<b>(579)</b>

Consolidado						
Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Combinação de Negócio (iii)	Saldo líquido em 31/12/2024
Computadores e periféricos	16.090	972	(632)	(5.809)	3.679	14.452
Benfeitorias em imóveis de terceiros	201.151	13.989	(1.343)	(55.702)	33.261	191.736
Móveis e utensílios	27.554	827	(122)	(6.721)	3.213	24.853
Máquinas e equipamentos	18.452	6.230	(93)	(5.137)	3.150	22.879
Edificações	37.938	-	-	(2.434)	-	35.504
Terrenos	18.982	-	-	-	-	18.982
Biblioteca e videoteca	13.130	-	(103)	(4.189)	-	8.838
Imobilizado em andamento	16.758	24.686	(1.053)	-	(35.626)	4.765
Equipamentos de laboratório	61.543	3.200	(379)	(11.392)	11.029	64.001
Outros	3.624	20.091	(943)	(1.426)	(18.706)	2.642
<b>Total</b>	<b>415.222</b>	<b>69.995</b>	<b>(4.668)</b>	<b>(92.810)</b>	<b>-</b>	<b>388.652</b>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor líquido de R\$ 579 refere-se à reclassificação de saldo anteriormente registrado no ativo imobilizado para o ativo intangível.
- (ii) Refere-se à reorganização societária que resultou na transferência de parte dos ativos da Brasil e IEDUC para Faceb (nota explicativa 2.4).
- (iii) Em 2 de dezembro de 2024, a controlada IBCMED, celebrou o contrato de compra e venda da EMR, conforme notas explicativas 4.

## 11.1. Ativos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados cedidos em garantia para os períodos de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

## POLÍTICA

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando gerarem benefícios econômicos futuros e possam ser mensuráveis com segurança, sendo baixado o valor contábil de itens substituídos. Demais despesas de manutenção são reconhecidas no resultado quando incorridas.

Terrenos e obras em andamento não são depreciados. Os demais ativos são depreciados pelo método linear, considerando o custo, o valor residual e a vida útil estimada.

	Anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10-34
Edificações	25-40
Máquinas e equipamentos	10
Biblioteca e videoteca	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Equipamentos de laboratórios	10
Outros	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício.

Quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável estimado, a diferença é reconhecida imediatamente como perda por *impairment*, no resultado.

Ganhos ou perdas na alienação de ativos são apurados pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil, sendo reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

## 12. DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTOS E ARRENDAMENTOS A PAGAR

### Movimentações dos saldos

A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>689.703</b>	<b>857.322</b>	<b>-</b>
Adição e remensuração	121.704	121.704	-
Baixa	(5.428)	(6.007)	579

Pagamento	-	(213.955)	-
Amortização	(120.024)	-	(120.024)
Despesa financeira	-	104.091	(104.091)
Pagamento de multas (i)	-	(7.959)	-
Reorganização societária (ii)	(15.183)	(19.067)	-
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>670.772</b>	<b>836.129</b>	<b>(223.536)</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>-</b>	<b>73.663</b>	
<b>Ativo não circulante</b>	<b>670.772</b>	<b>762.466</b>	

- (i) Valor referente às multas em decorrência das devoluções de imóveis das instituições UAM;  
(ii) Refere-se à reorganização societária que resultou na transferência de parte dos ativos da Brasil e IEDUC para Faceb (nota explicativa 2.4).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>794.198</b>	<b>964.092</b>	<b>-</b>
Adição e remensuração	28.057	28.057	-
Baixa	(16.593)	(21.610)	5.017
Pagamento	-	(209.528)	-
Amortização	(115.959)	-	(115.959)
Despesa financeira	-	103.567	(103.567)
Pagamento de multas (i)	-	(8.784)	-
Despesa com multa (i)	-	1.528	(1.528)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>689.703</b>	<b>857.322</b>	<b>(216.037)</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>-</b>	<b>109.600</b>	
<b>Ativo não circulante</b>	<b>689.703</b>	<b>747.722</b>	

- (i) Valor referente às multas em decorrência das devoluções de imóveis das instituições UAM.

Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado
	31/12/2025
2027	73.154
2028	69.870
2029	59.113
2030	59.166
Após 2030	501.163
<b>Total</b>	<b>762.466</b>

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 4,05% ao ano para 2026, 3,80% para 2027, 3,50% para 2028 e os anos posteriores a 2028, conforme boletim Focus publicado em 26 de dezembro de 2025. Apresentamos na coluna “Com inflação” comparado com os montantes registrados, na coluna “Sem inflação”.

	31/12/2025		
	Consolidado		
	Sem inflação	Com inflação	% Variação
Direito de uso líquido	670.772	706.334	5,30%
Passivo de arrendamento	837.105	876.166	4,67%
Despesa de amortização	120.024	123.529	2,92%
Despesa financeira	104.091	106.666	2,47%

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescida da inflação futura projetada não produz efeitos líquidos significativos em relação ao patrimônio do Grupo.

## POLÍTICA

### Arrendamentos

As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamento. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamento com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;

- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados pela taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, conforme mencionado abaixo em Julgamentos e estimativas contábeis.

O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais separados por região das operações é apresentada abaixo:

	% por prazos		
	0 a 8 anos	9 a 16 anos	17 a 22 anos
São Paulo	11,31% a 13,50%	12,25% a 14,03%	13,00%
Minas Gerais	11,37% a 12,87%	11,62% a 13,12%	11,12%
Santa Catarina	10,31% a 12,31%	10,56% a 16,31%	10,56%
Bahia	12,00% a 14,50%	10,50% a 13,25%	13,50%
Rio Grande do Norte	13,00% a 14,50%	13,14%	-
Pará	-	13,25%	-

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento de modo a evidenciar o efeito constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração, quando aplicável.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide nota explicativa 13.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de

curto prazo são aqueles com um prazo até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador.

## JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

### Direito de uso

Os direitos de uso por meio de contratos de arrendamento envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento, tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Desta forma, o Grupo adotou uma taxa Brasil livre de risco ajustada pelo spread (taxas incrementais) sobre os empréstimos da Companhia, que é a taxa que a controladora pagaria em dívidas semelhantes nos mesmos termos, para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos. Adicionalmente, essas taxas levam em consideração a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da controladora Ânima, ajustadas para refletir as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país e o prazo e data de início de cada contrato.

## 13. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação	Controladora			
		31/12/2025			31/12/2024
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
<b>Intangíveis reconhecidos pelo custo</b>					
Softwares	20%	65.776	(12.829)	52.947	48.805
Desenvolvimento de conteúdo digital	33%	20.922	(14.022)	6.900	4.553
Intangível em desenvolvimento		2.028	-	2.028	884
<b>Total do Intangível</b>		<b>88.726</b>	<b>(26.851)</b>	<b>61.875</b>	<b>54.242</b>

Controladora					
Saldo líquido em 31/12/2024	Adições	Amortização	Reclassificações	Transferências (i)	Saldo líquido em 31/12/2025
<b>Intangíveis reconhecidos pelo custo</b>					
Softwares	48.805	9.990	(6.427)	-	52.947
Desenvolvimento de conteúdo digital	4.553	4.212	(3.714)	1.849	6.900
Intangível em desenvolvimento	884	2.993	-	(1.849)	2.028
<b>Total do Intangível</b>	<b>54.242</b>	<b>17.195</b>	<b>(10.141)</b>	<b>579</b>	<b>61.875</b>

Consolidado						
					31/12/2025	31/12/2024
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Amortização acumulada	Intangível Líquido	Intangível líquido	
<b>Intangíveis em combinações de negócios</b>						
Ágio		2.706.214	-	2.706.214	2.707.202	
Marcas	3,33%	462.027	(73.125)	388.902	404.300	
Licença		1.165.110	-	1.165.110	1.165.114	
Carteira de clientes	20% a 22%	559.795	(544.047)	15.748	62.399	
Polos EAD		70.997	-	70.997	70.997	
Material EAD	33% a 50%	3.669	(3.669)	-	-	
Tecnologia	20%	21.240	(11.007)	10.233	13.114	
<b>Subtotal</b>		<b>4.989.052</b>	<b>(631.848)</b>	<b>4.357.204</b>	<b>4.423.126</b>	
<b>Intangíveis reconhecidos pelo custo</b>						
Softwares	20%	191.026	(112.945)	78.081	67.998	
Desenvolvimento de conteúdo digital	33%	131.816	(104.478)	27.338	20.164	
Credenciamento MEC	33%	17.681	(14.163)	3.518	3.904	
Intangível em desenvolvimento		6.576	-	6.576	3.675	
Direitos Autorais	33%	1.638	(139)	1.499	334	
<b>Subtotal</b>		<b>348.737</b>	<b>(231.725)</b>	<b>117.012</b>	<b>96.075</b>	
<b>Total do Intangível</b>		<b>5.337.789</b>	<b>(863.573)</b>	<b>4.474.216</b>	<b>4.519.201</b>	

A movimentação da controladora é:

Controladora				
Saldo líquido em 31/12/2023	Adições	Reclassificação	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2024
<b>Intangíveis reconhecidos pelo custo</b>				
Softwares	40.773	8.676	3.668	48.805
Desenvolvimento. conteúdo digital	5.952	2.715	-	4.553
Intangível em desenvolvimento	-	4.552	(3.668)	884
<b>Total</b>	<b>46.725</b>	<b>15.943</b>	<b>-</b>	<b>54.242</b>

A movimentação consolidada é:

	Consolidado							Saldo líquido em 31/12/2025
	Saldo líquido em 31/12/2024	Adições	Reclassificações	Amortização	Combinação de negócio (ii)	Reorganização Societária (iii)	Transferências (i)	
<b>Intangíveis em combinações de negócios</b>								
Ágio	2.707.202	-	-	-	(988)	-	-	2.706.214
Marcas	404.300	-	4	(15.402)	-	-	-	388.902
Licença	1.165.114	-	(4)	-	-	-	-	1.165.110
Carteira de clientes	62.399	-	-	(46.923)	272	-	-	15.748
Polos EAD	70.997	-	-	-	-	-	-	70.997
Tecnologia	13.114	-	-	(4.107)	1.226	-	-	10.233
<b>Total</b>	<b>4.423.126</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(66.432)</b>	<b>510</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.357.204</b>
<b>Intangíveis reconhecidos pelo custo</b>								
Softwares	67.998	21.878	30	(12.254)	-	(150)	579	78.081
Desenvolvimento de conteúdo digital	20.164	12.490	9.456	(14.772)	-	-	-	27.338
Credenciamento MEC	3.904	2.087	132	(2.381)	-	(224)	-	3.518
Intangível em desenvolvimento	3.675	12.519	(9.618)	-	-	-	-	6.576
Direitos Autorais	334	1.215	-	(50)	-	-	-	1.499
<b>Total</b>	<b>96.075</b>	<b>50.189</b>	<b>-</b>	<b>(29.457)</b>	<b>-</b>	<b>(374)</b>	<b>579</b>	<b>117.012</b>
<b>Total do Intangível</b>	<b>4.519.201</b>	<b>50.189</b>	<b>-</b>	<b>(95.889)</b>	<b>510</b>	<b>(374)</b>	<b>579</b>	<b>4.474.216</b>

	Consolidado							31/12/2024
	31/12/2023	Adições	Baixas	Impairment	Amortização	Reclassificação	Combinação de negócio	
<b>Intangíveis em combinações de negócios</b>								
Ágio	2.678.973	-	-	(516)	-	-	28.745	2.707.202
Marcas e patentes	396.621	-	(4)	-	(14.662)	-	22.345	404.300
Licença	1.165.114	-	-	-	-	-	-	1.165.114
Carteira de clientes	148.779	-	-	-	(86.380)	-	-	62.399
Polos EAD	70.997	-	-	-	-	-	-	70.997
Tecnologia	3.238	-	-	-	(1.689)	-	11.565	13.114
<b>Subtotal</b>	<b>4.463.722</b>	<b>-</b>	<b>(4)</b>	<b>(516)</b>	<b>(102.731)</b>	<b>-</b>	<b>62.655</b>	<b>4.423.126</b>
<b>Intangíveis reconhecidos pelo custo</b>								
Softwares	56.962	13.215	(298)	-	(11.227)	6.342	3.004	67.998
Desenv. conteúdo digital	28.978	6.169	(22)	-	(20.284)	4.867	456	20.164
Credenciamento MEC	3.632	2.315	-	-	(2.247)	204	-	3.904
Intangível em desenvolvimento	4.389	10.939	(240)	-	-	(11.413)	-	3.675
Direitos Autorais	1	8	-	-	(6)	-	331	334
<b>Subtotal</b>	<b>93.962</b>	<b>32.646</b>	<b>(560)</b>	<b>-</b>	<b>(33.764)</b>	<b>-</b>	<b>3.791</b>	<b>96.075</b>
<b>Total do Intangível</b>	<b>4.557.684</b>	<b>32.646</b>	<b>(564)</b>	<b>(516)</b>	<b>(136.495)</b>	<b>-</b>	<b>66.446</b>	<b>4.519.201</b>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor líquido de R\$ 579 refere-se à reclassificação de saldo anteriormente registrado no ativo imobilizado para o ativo intangível, com o objetivo de refletir adequadamente a natureza do bem e assegurar a correta apresentação contábil.

- (ii) Esses valores referem-se à da alocação do preço de compra da EMR, adquirida em 2 de dezembro de 2024. Em 2025, a alocação foi realizada dentro do período de mensuração, com base em informações obtidas após a data da aquisição.
- (iii) Refere-se à reorganização societária que resultou na transferência de parte dos ativos da Brasil e IEDUC para Faceb (nota explicativa 2.4).

### 13.1. Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa:

Parte do valor pago nas aquisições de controladas e coligadas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado						Total geral
	Intangíveis amortizáveis			Intangíveis não amortizáveis			
	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Tecnologia	Licença	Polos EAD	Ágio	
IEDUC	-	19.504	-	-	-	38.114	57.618
Sociesc	-	16.928	-	3.787	-	45.103	65.818
Ages	-	13.564	-	37.609	-	125.247	176.420
FASEH	-	-	-	33.602	-	117.239	150.841
UniFG	-	-	-	19.920	-	83.471	103.391
Medroom	-	-	-	-	-	14.234	14.234
USJT	-	27.920	-	54.600	-	174.445	256.965
ISCP	7.476	127.452	-	423.611	21.825	1.048.796	1.629.160
UNIFACS	6.558	63.282	-	298.826	24.138	577.024	969.828
APEC	1.714	46.056	-	191.332	18.034	242.127	499.263
IBCMED	-	6.712	-	-	-	37.869	44.581
MedPós	-	396	-	-	-	4.590	4.986
FACED	-	-	-	1.736	-	2.678	4.414
Jangada	-	-	-	3.191	-	3.899	7.090
Unisul	-	45.488	-	96.896	7.000	163.624	313.008
EMR	-	21.600	10.233	-	-	27.754	59.587
	<b>15.748</b>	<b>388.902</b>	<b>10.233</b>	<b>1.165.110</b>	<b>70.997</b>	<b>2.706.214</b>	<b>4.357.204</b>

### 13.2. Cronograma de amortização

Como informação suplementar, a tabela a seguir apresenta o cronograma de amortização dos ativos intangíveis reconhecidos em combinações de negócio a partir de 1º de janeiro de 2026:

Categoria	Consolidado				
	Saldo líquido em 31/12/2025	Amortização em 2026	Amortização em 2027	Amortização em 2028	Amortização após 2028
Marcas	388.902	15.494	15.494	15.494	342.420
Carteira de clientes	15.748	15.748	-	-	-
Tecnologia	10.233	2.558	2.558	2.558	2.559
<b>Total amortizável</b>	<b>414.883</b>	<b>33.800</b>	<b>18.052</b>	<b>18.052</b>	<b>344.979</b>
Ágio, Licença e Polos EAD	3.942.321	-	-	-	-
<b>Intangíveis em combinações de negócios</b>	<b>4.357.204</b>	<b>33.800</b>	<b>18.052</b>	<b>18.052</b>	<b>344.979</b>

### 13.3. Teste ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio, polos EAD e às licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa (“UGC’s”), para fins de teste anual de redução ao valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, revisamos nossas premissas e estimativas para todas as nossas UGCs, confrontamos nossas projeções com os dados previstos de nossas operações e não identificamos efeitos consideráveis nos resultados que poderiam resultar em uma redução de valor recuperável. Assim, como não identificamos impactos significativos que façam com que o valor contábil exceda o valor recuperável das UGCs, não houve a necessidade de reconhecimento do valor recuperável de tais ativos.

### 13.3.1. UGC’s dos segmentos Inspirali Educação Médica e Ex-Medicina

Para estimar o valor recuperável das UGC’s utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2025, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso nas UGC’s foram:

	Participantes do PROUNI	Não ofertam graduação
Taxa de desconto ao ano (pre-tax)	14,10%	11,70%
Período de projeção	5 anos	5 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade (modelo de Gordon)	3,50%	3,50%
Crescimento médio da receita ao ano	3,03%	11,00%
Crescimento médio dos gastos ao ano	2,46%	10,27%
Carrying amount (valor testado)	4.899.971	193.220

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGC’s a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

## POLÍTICA

### Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos com vida útil definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada. Já os ativos com vida útil indefinida, como licenças, polos EAD e ágio, não são amortizados e são submetidos ao teste de recuperabilidade ao menos anualmente.

Intangíveis adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos separadamente do ágio, pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio representa o excesso da contraprestação transferida, da participação de não controladores e da participação prévia, em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

As licenças adquiridas se referem aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. São consideradas de vida útil indefinida, pois a perda de tais direitos é considerada remota.

A amortização dos demais intangíveis segue o método linear, conforme tabela de vidas úteis aplicáveis.

	<b>Vida útil estimada (anos)</b>
Marcas e patentes	30
Carteira de clientes	4,5-5
Acordo de não competição	8
Tecnologia	5
Software	5
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3
Credenciamento MEC	3

Custos de desenvolvimento são capitalizados como ativos intangíveis apenas quando atendem simultaneamente aos seguintes critérios:

- Viabilidade técnica de conclusão, para que esteja disponível para uso;
- Intenção e capacidade de uso;
- Geração de benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros; e
- Mensuração confiável dos custos incorridos.

Custos capitalizados incluem mão de obra direta e alocação proporcional de despesas gerais. A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesa quando incorridos.

## **JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**

### ***Impairment***

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma possível redução em seu valor recuperável.

A recuperabilidade desses ativos é avaliada anualmente com base em julgamentos críticos da administração, que envolvem projeções de fluxos de caixa descontados. Essas projeções são subjetivas e dependem de eventos econômicos futuros que podem divergir daqueles esperados pela Administração.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. O *Impairment* de ágio, reconhecido no resultado do exercício, não é revertido.

## 14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Contrato	Valor captado	Indexado r	Taxa médi a de juros (anual)	Data de início	Data final	Forma de pagamento	Indicadores financeiros (covenants)	Controladora e Consolidado	
								31/12/2025	31/12/2024
Debêntures Inspiralí Brasil 2ª emissão (a)	2.000.000	CDI	1,65%	27/05/2024	15/05/2029	Juros semestrais e principal anualmente a partir de maio de 2027.	Medidos semestralmente a partir de dez/24: - Dívida líquida / EBITDA ajustado proforma <3,5 - EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras > 1,3	2.032.377	2.022.747
<b>Total Empréstimos</b>								<b>2.032.377</b>	<b>2.022.747</b>
Passivo Circulante								35.830	27.680
Passivo Não Circulante								1.996.547	1.995.067

- (a) A Inspiralí aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária no dia 9 de maio de 2024, a 2ª Emissão de Debêntures simples da Inspiralí. A Emissão totalizará o montante de R\$ 2.000.000 com prazo total de 5 anos, incidindo taxa de juros de CDI +1,65% ao ano. Os recursos líquidos captados pela dessa emissão foram destinados a: quitação integral das debêntures da 1ª emissão Inspiralí e o reforço de caixa, com o valor remanescente, após a quitação integral das Debêntures da 1ª Emissão.

Não houve alterações sobre as principais condições e garantias estabelecidas em contratos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quando comparadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Em relação aos covenants mencionados acima, não foram identificados descumprimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	
	Valor contábil	Valor nominal
2027	665.186	930.858
2028	665.187	827.572
Após 2028	666.174	718.662
<b>Total</b>	<b>1.996.547</b>	<b>2.477.092</b>

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	
	Valor contábil	Valor nominal
2026	-	266.405
2027	663.706	888.297
Após 2027	1.331.361	1.511.907
<b>Total</b>	<b>1.995.067</b>	<b>2.666.609</b>

I) As movimentações dos saldos no exercício são como segue:

	Controladora				
	31/12/2024	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	31/12/2025
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão	2.022.747	(303.319)	311.469	1.480	2.032.377
	<b>2.022.747</b>	<b>(303.319)</b>	<b>311.469</b>	<b>1.480</b>	<b>2.032.377</b>

	Controladora						
	31/12/2023	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	31/12/2024
Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão	2.042.661	-	(2.000.000)	(173.380)	102.718	28.001	-
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão	-	1.992.600	-	(116.795)	145.956	986	2.022.747
	<b>2.042.661</b>	<b>1.992.600</b>	<b>(2.000.000)</b>	<b>(290.175)</b>	<b>248.674</b>	<b>28.987</b>	<b>2.022.747</b>

	Consolidado				
	31/12/2024	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	31/12/2025
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão	2.022.747	(303.319)	311.469	1.480	2.032.377
	<b>2.022.747</b>	<b>(303.319)</b>	<b>311.469</b>	<b>1.480</b>	<b>2.032.377</b>

	Consolidado						
	31/12/2023	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	31/12/2024
Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão	2.042.661	-	(2.000.000)	(173.380)	102.718	28.001	-
Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão	-	1.992.600	-	(116.795)	145.956	986	2.022.747
Outros - Santander	12	-	(12)	-	-	-	-
	<b>2.042.673</b>	<b>1.992.600</b>	<b>(2.000.012)</b>	<b>(290.175)</b>	<b>248.674</b>	<b>28.987</b>	<b>2.022.747</b>

## POLÍTICA

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a transação esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários	2.591	1.386	36.203	38.740
Férias a pagar	3.443	1.694	43.510	44.724
INSS	1.198	647	21.350	21.728
FGTS	392	196	6.878	7.161
PLR	4.750	4.783	4.750	4.783
Outros	3	2	834	789
<b>Total</b>	<b>12.377</b>	<b>8.708</b>	<b>113.525</b>	<b>117.925</b>

## POLÍTICA

As obrigações sociais e salariais compreendem os valores devidos aos colaboradores e órgãos governamentais e são reconhecidos no passivo em conformidade com o princípio da competência. Tais obrigações são mensuradas pelos valores a pagar, sem desconto a valor presente por se tratarem, em sua maioria, de obrigações de curto prazo.

## 16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	1.845	1.152	19.907	20.139
ISS	8	21	12.964	14.156
PIS e COFINS	515	93	1.759	1.877
IRPJ / CSLL	-	-	1.854	2.581
Outros (a)	5	14	1.208	1.814
<b>Total</b>	<b>2.373</b>	<b>1.280</b>	<b>37.692</b>	<b>40.567</b>

(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido de funcionários.

### POLÍTICA

As obrigações tributárias compreendem os tributos correntes devidos aos entes governamentais, decorrentes das operações da Companhia e conforme legislação fiscal vigente, sendo reconhecidas como passivos no momento da ocorrência do fato gerados. As obrigações tributárias são baixadas quando ocorre o pagamento ou compensação com créditos tributários legalmente constituídos.

## 17. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
PROIES (a) (d)	29.250	30.920
RFB (b)	1.388	563
RFB LEI 14.740 (d) (e)	9.019	11.723
RFB PERT LEI 13.496 (b)	8.936	9.567
PGFN (b)	3.076	3.689
FGTS (c)	-	157
PRT IV (b)	486	864
IPTU	772	899
Outros parcelamentos (b)	2.287	2.887
<b>Total</b>	<b>55.214</b>	<b>61.269</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>14.845</b>	<b>13.565</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>40.369</b>	<b>47.704</b>

(a) PROIES: Refere-se ao parcelamento proveniente da aquisição da manutenção da Unisul relativo à adesão ao PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei 12.688/2012. Este programa consiste na renegociação de dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido. O valor acima representa a parte assumida pela controlada Sociesc, referente à quitação dos 10% do saldo da dívida em espécie. A dívida negociada consiste em débitos previdenciários consolidados em 05/06/2016, parcelados em 180 parcelas, com início das amortizações em 07/2017, conforme termo de adesão deferido pela PGFN. Os procedimentos para oferta de bolsas e seleção de bolsistas foram regulamentados pela PORTARIA NORMATIVA Nº 26, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012, alterada pela Portaria

Normativa MEC nº. 9, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 20 de maio de 2013.

- (b) Federais: Refere-se a parcelamentos da adquirida UniFG relativos, em sua maior parte, a contribuições sociais devidas sobre a folha de pagamento e algumas contribuições como PIS e Cofins sobre o faturamento. A Instituição mantém o parcelamento especial PERT, instituído pela Lei 13.496/17, bem como outros parcelamentos ordinários e simplificados.
- (c) FGTS: Refere-se a parcelamentos de FGTS da controlada IEDUC junto à Caixa Econômica Federal.
- (d) Todas as obrigações que não possuem ligação com curso de medicina, devem ser consideradas como obrigações única e exclusivamente da acionista preferencialista, conforme acordo firmado entre os acionistas.
- (e) Em 01 de abril 2024 foi finalizado o processo de adesão ao programa de autorregulação incentivada de tributos federais administrativos pela Receita Federal do Brasil (RFB) nos termos da Lei nº 14740/2023, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2168/2023 com possibilidade de liquidar 50% dos débitos inseridos no programa com utilização de créditos de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), próprios ou de empresas do mesmo grupo econômico, e os outros 50% através de parcelamento fiscal em 48 meses, com correção do saldo pela taxa Selic. A companhia entendeu ser vantajoso incluir as contribuições previdenciárias patronais das empresas Brasil Educação, FACS, ISCP e SOCIESC dos meses 01/2024 e 02/2024 que totalizam em R\$ 26.662.

Segue, abaixo, cronograma de pagamento dos parcelamentos de impostos e contribuições classificados no passivo:

	Cronograma de pagamento
	31/12/2025
2027	13.022
2028	9.261
2029	7.367
Após 2029	10.719
	<b>40.369</b>

## 18. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÕES

	Índice de correção	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Earn outs</b>					
Aquisição da Medroom	INPC	-	239	-	239
Aquisição EMR (a)	-	-	-	30.242	27.070
Aquisição MedPós	INPC	-	-	1.208	2.264
		-	<b>239</b>	<b>31.450</b>	<b>29.573</b>
<b>Parcelamentos</b>					
Aquisição do IBCMED	CDI	2.307	2.244	2.307	2.244
Aquisição do Medroom		-	745	-	745
Aquisição Sociesc	INPC	-	-	26.184	29.193
Aquisição EMR	CDI	-	-	6.568	9.811
		<b>2.307</b>	<b>2.989</b>	<b>35.059</b>	<b>41.993</b>
<b>Total</b>		<b>2.307</b>	<b>3.228</b>	<b>66.509</b>	<b>71.566</b>
<b>Passivo circulante</b>		<b>1.644</b>	<b>2.276</b>	<b>12.049</b>	<b>12.211</b>
<b>Passivo não circulante</b>		<b>663</b>	<b>952</b>	<b>54.460</b>	<b>59.355</b>

- (a) Em 02 de dezembro de 2024, o IBCMED efetivou a opção de compra da EMR, passando a ser detentora da totalidade do capital social da companhia. O montante global envolvido na Transação será de R\$ 38.000, sendo R\$ 13.000 convertidos em aportes de capital e R\$ 25.000 a serem pagos aos vendedores, referente a aquisição de 100% das quotas da EMR, sendo pagos da seguinte forma: (i) R\$ 15.000 no fechamento da Transação; e (ii) três parcelas anuais de R\$ 3.333, nos anos de 2025, 2026 e 2027, corrigidas pelo CDI.

Adicionalmente, ficou acordada a possibilidade de pagamento variável (earn-out), mediante o atingimento de metas operacionais pré-estabelecidas, aferidas com base no EBITDA e CAPEX com base nos exercícios sociais de 2026 a 2028.

A movimentação do contas a pagar por aquisições está evidenciada abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>71.566</b>	<b>69.090</b>
Adições - aquisição de empresas (i)	119.226	36.881
Ajuste a valor presente	4.460	1.763
Correção monetária	2.319	2.413
Pagamentos	(47.952)	(37.543)
Atualização a valor justo de <i>earn-out</i>	-	(2.895)
Atualização a valor justo de opção de resgate	1.046	1.857
Compensação com direitos a receber por aquisições (ii)	(84.156)	-
<b>Saldo final</b>	<b>66.509</b>	<b>71.566</b>

- (i) As adições referem-se a: (i) R\$ 90.899 da aquisição da parcela remanescente da participação da UniFG (nota explicativa 2.4), totalmente liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, dos quais R\$ 6.743 foram pagos em caixa durante o período; e (ii) R\$ 28.327 da aquisição de 10.142 quotas, correspondente à participação dos acionistas não controladores da Faseh, pela Inovattus (nota explicativa 2.4).
- (ii) Valores referem-se, principalmente, à compensação com créditos detidos pela UniFG perante os vendedores, reconhecidos como direitos a receber e baixados por ocasião da conclusão da aquisição da participação remanescente da UniFG (nota explicativa 2.4). Tais valores não implicaram impacto em caixa (nota Explicativa 31).

Abaixo o quadro com o cronograma de pagamento do saldo classificado no passivo não circulante:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
2027	-	4.006
2028	663	5.524
2029	-	22.437
Após 2029	-	22.493
	<b>663</b>	<b>54.460</b>

## 19. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

### 19.1. Provisões, líquidas dos correspondentes depósitos judiciais e ativos de indenização

	Provisão para Riscos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	-	-	35.521	88.537
Tributária	-	-	351.242	246.292
Cíveis	-	-	46.000	52.231
	-	-	<b>432.763</b>	<b>387.060</b>
Depósitos Judiciais	(81)	(70)	(120.460)	(127.345)
	<b>(81)</b>	<b>(70)</b>	<b>312.303</b>	<b>259.715</b>
[-] Ativos de indenização (i)	-	-	(203.176)	(102.809)
<b>Total</b>	<b>(81)</b>	<b>(70)</b>	<b>109.127</b>	<b>156.906</b>

- (i) Refere-se ao valor das provisões reconhecidas a valor justo como parte de combinação de negócios para as quais existe um ativo de indenização perante o vendedor, classificado na rubrica Direitos a receber por aquisições.

### 19.2. Movimentação

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	Consolidado							31/12/2025
	31/12/2024	Adição (reversão)	Pagamentos	Atualização	Reclassificação (i)	Compensação depósitos judiciais	Indenizações vendedores	
Trabalhista (a)	88.537	31.901	(25.486)	205	(59.120)	(1.314)	798	35.521
Tributária (b)	246.292	(57.197)	(481)	9.849	54.925	(1.411)	99.265	351.242
Cíveis (c)	52.231	30.985	(33.182)	-	4.195	(8.598)	369	46.000
<b>Total</b>	<b>387.060</b>	<b>5.689</b>	<b>(59.149)</b>	<b>10.054</b>	<b>-</b>	<b>(11.323)</b>	<b>100.432</b>	<b>432.763</b>

- (i) O efeito da reclassificação no período decorre, predominantemente, da transferência da provisão para encargos sociais sobre a folha de pagamento, recolhidos de forma gradual conforme previsto na Lei nº 11.096/2005, da rubrica de provisões trabalhistas para tributárias, por se entender que sua natureza está mais adequadamente relacionada a obrigações de caráter tributário.

Consolidado							
31/12/2023	Adição (reversão)	Adição INSS (d)	Pagamentos	Atualização	Compensação depósitos judiciais	Indenizações vendedores	31/12/2024
Trabalhista (a)	95.176	377	3.038	(10.483)	-	187	88.537
Tributária (b)	254.100	(29.452)	-	(2.178)	1.826	12.372	246.292
Cíveis (c)	95.379	31.371	-	(33.380)	-	(6.156)	52.231
<b>Total</b>	<b>444.655</b>	<b>2.296</b>	<b>3.038</b>	<b>(46.041)</b>	<b>1.826</b>	<b>6.403</b>	<b>387.060</b>

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamationárias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, a discussões e interpretações da legislação tributária vigente que estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. As principais causas reconhecidas no período estão listadas abaixo:
- (i) SOCIESC: Na aquisição da SOCIESC, a Administração assumiu a discussão das obrigações tributárias relacionadas ao questionamento sobre a imunidade tributária da SOCIESC em três lides de ações ajuizadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Na data destas demonstrações financeiras, a Companhia aguarda uma decisão sobre o mérito dos casos. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda é considerada possível. Em decorrência da combinação de negócios, foi reconhecida, à época da aquisição, uma provisão no montante de R\$ 49.100. Adicionalmente, a SOCIESC mantém outra provisão, no montante de R\$ 60.640, referente à diferença apurada na contribuição patronal ao INSS. Essa diferença decorre da interpretação sobre a forma de recolhimento gradual adotada à época, com base na Lei nº 11.096/2005, por instituições que aderiram ao Programa Universidade para Todos (ProUni) e que, posteriormente, alteraram sua natureza jurídica de entidade sem fins lucrativos para entidade com fins lucrativos.
- (ii) À época da aquisição do Grupo Laureate, no contexto da combinação de negócios, foram reconhecidas, provisões referentes a processos tributários nas esferas municipal e federal com riscos de perda possível e remoto. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 116.339 (R\$ 152.650 em 31 de dezembro de 2024) ainda está provisionado referentes às contingências registradas na data de aquisição. Do total provisionado, R\$ 76.862 (R\$ 63.072 em 31 de dezembro de 2024) estão cobertos por ativo de indenização reconhecido perante os antigos acionistas, conforme previsto nos contratos de compra e venda das IES, que compunham o Grupo Laureate. De acordo com tais instrumentos contratuais, em caso de desfecho desfavorável das ações, as controladas terão direito à respectiva indenização. Na ausência de reembolso direto, os contratos preveem que os valores correspondentes sejam compensados por meio de deduções nos aluguéis devidos aos antigos acionistas, relativos a imóveis atualmente arrendados pelas controladas.
- (iii) UAM: Em 2025, a Companhia passou a reconhecer provisão no montante de R\$ 84.626, em razão de processo tributário cujo risco foi reavaliado como provável. A demanda refere-se à execução fiscal movida pela Fazenda Nacional contra a UAM/ISCP, relacionada a crédito tributário discutido no âmbito de processo administrativo de IRPJ sobre aplicações financeiras. Esse processo já havia sido registrado, à época da aquisição do Grupo Laureate, no valor de R\$ 35.000, no contexto da

combinação de negócios. O débito encontra-se integralmente garantido por carta de fiança. Ademais, por tratar-se de obrigação de responsabilidade dos antigos proprietários, foi reconhecido ativo de indenização correspondente, alocados como ex-medicina, de modo que a diferença entre o valor previamente registrado e a provisão atualizada não gerou impacto no resultado do exercício.

- (c) As provisões cíveis estão relacionadas, principalmente, ao processo judicial que solicita indenização ao Centro de Estratégia Operacional Propaganda e Publicidade e Comércio Ltda. pelo uso indevido de software pela Rede Brasileira de Educação a Distância S/C Ltda., do qual APEC fazia parte. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão total para essa causa é de R\$ 28.222 (R\$ 27.879 em 31 de dezembro de 2024). Caso essa causa seja perdida, o valor será ressarcido pelos antigos proprietários da APEC. Os demais saldos referem-se a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, à cobrança e indenizações, dentre outras.
- (d) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual, conforme determinação da Lei 11.096/2005, para as entidades que aderiram ao programa PROUNI e transformaram-se de entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. O valor está sendo contabilizado em resultado na rubrica “despesas com pessoal”.

### 19.3. Perdas possíveis não provisionadas no balanço

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	95.506	99.218
Tributários (i)	444.264	341.337
Cíveis (ii)	173.433	160.027
<b>Total</b>	<b>713.203</b>	<b>600.582</b>

- (i) Causas de cunho tributário que referem-se, principalmente a: processos de responsabilidade da Sociesc que discutem a: (i) imunidade tributária que envolve INSS patronal, PIS e COFINS sobre faturamento, IRPJ e CSLL totalizando aproximadamente R\$ 160.869; (ii) aproximadamente R\$ 133.999 de débitos tributários da SOCIESC sobre recolhimento de ISS e pagamento de IPTU, sendo que R\$ 118.783 é de responsabilidade dos vendedores; (iii) débitos relativos à contribuição previdenciária e parafiscais da Sociesc no montante de R\$ 64.978; (iv) cobrança de ISS da FACS no montante de R\$ 68.557; e (vi) discussões na apuração do Lucro Real em 2019 e 2020 da Brasil Educação no montante de R\$ 23.943.
- (ii) Refere-se, majoritariamente, ao processo de improbidade administrativa relacionado a supostas irregularidades no programa PROJOVEM, vinculado à SOCIESC, no montante de R\$ 46.196, e à anulação do convênio firmado entre o Município de Vespasiano e a FASEH para cessão de imóvel, no valor de R\$ 20.603, sendo ambos de responsabilidade dos vendedores. Adicionalmente, está em discussão o processo que trata da cobrança de aluguéis e multa contratual decorrentes da rescisão antecipada com devolução de imóvel, relacionado à APEC, no montante de R\$ 32.754.

Todos os valores apresentados acima referem-se a processos envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão. Para alguns desses processos, se houver decisão judicial contra alguma Companhia e suas controladas, a responsabilidade é dos antigos proprietários das empresas adquiridas nos termos de cada contrato de compra.

## Informação complementar sobre o contencioso provável e possível de alunos de medicina

	Provável					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Medicina	Ex-Medicina	TOTAL	Medicina	Ex-Medicina	TOTAL
Trabalhistas	519	35.002	35.521	13.438	75.099	88.537
Tributários	34.703	316.539	351.242	27.823	218.469	246.292
Cíveis	4.563	41.437	46.000	8.293	43.938	52.231
<b>Total</b>	<b>39.785</b>	<b>392.978</b>	<b>432.763</b>	<b>49.554</b>	<b>337.506</b>	<b>387.060</b>

	Possível					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Medicina	Ex-Medicina	TOTAL	Medicina	Ex-Medicina	TOTAL
Trabalhistas	4.197	91.309	95.506	3.135	96.083	99.218
Tributários	53.414	390.850	444.264	44.899	296.438	341.337
Cíveis	23.899	149.534	173.433	24.407	135.620	160.027
<b>Total</b>	<b>81.510</b>	<b>631.693</b>	<b>713.203</b>	<b>72.441</b>	<b>528.141</b>	<b>600.582</b>

### 19.4. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	25	-	39.261	25.542
Tributários	56	70	52.252	64.144
Cíveis	-	-	28.947	37.659
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>70</b>	<b>120.460</b>	<b>127.345</b>

A movimentação dos depósitos judiciais da controladora foi como segue:

	Controladora			
	31/12/2024	Adições (resgate)	Atualização	31/12/2025
Trabalhistas	-	11	14	25
Tributários	70	(14)	-	56
	<b>70</b>	<b>(3)</b>	<b>14</b>	<b>81</b>

	Controladora			
	31/12/2023	Adições (resgate)	Atualização	31/12/2024
Trabalhistas	-	13	(13)	-
Tributários	487	(463)	46	70
	<b>487</b>	<b>(450)</b>	<b>33</b>	<b>70</b>

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	Consolidado				31/12/2025
	31/12/2024	Adições (resgates)	Compensação provisão	Atualização (reversão)	
Trabalhistas	25.542	12.003	(2.057)	3.773	39.261
Tributários	64.144	(10.097)	(1.795)	-	52.252
Cíveis	37.659	(1.272)	(7.471)	31	28.947
<b>Total</b>	<b>127.345</b>	<b>634</b>	<b>(11.323)</b>	<b>3.804</b>	<b>120.460</b>

	Consolidado				31/12/2024
	31/12/2023	Adições (resgates)	Compensação provisão	Atualização (reversão)	
Trabalhistas	29.312	(2.777)	187	(1.180)	25.542
Tributários	51.339	(1.027)	12.372	1.460	64.144
Cíveis	44.883	(1.256)	(6.156)	188	37.659
<b>Total</b>	<b>125.534</b>	<b>(5.060)</b>	<b>6.403</b>	<b>468</b>	<b>127.345</b>

## POLÍTICA

### Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como um incremento na provisão para riscos.

Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante.

### Depósitos judiciais

Existem situações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra ela. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo.

A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários.

## JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

### Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo, a natureza dos processos e experiências passadas. Os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente registrados pelo valor mensurado na data da aquisição. A Administração acredita que essas provisões são suficientes face aos riscos assumidos e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, é composto por 360.771.409 ações ordinárias nominativas (360.743.639 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal, correspondentes a R\$ 357.618, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2025	31/12/2024
Ações ordinárias- Ânima	266.930.086	266.930.086
Ações ordinárias- DNA Capital (i)	93.730.752	93.730.752
Ações ILP	110.501	82.801
Ações em tesouraria	70	-
<b>Total geral de ações</b>	<b>360.771.409</b>	<b>360.743.639</b>

- (i) Em 16 de fevereiro de 2024, o Fundo Genoma VIII (o "Fundo"), gerido pela DNA Capital Consultoria Ltda., e a Ânima Holding firmaram um termo de ajuste de participação societária elevando em 0,99% a participação do Fundo no capital votante da Inspirali S.A., controlada da Ânima Holding S.A. Após esse ajuste o Fundo passa a deter 25,99% do capital social da Inspirali S.A. O referido ajuste decorre da diferença na dívida líquida apurada na Inspirali na data do fechamento da transação (31 de março de 2022), divergindo da composição de dívida líquida estimada na assinatura do acordo de investimento firmado entre as partes.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

*Ágio em transação de capital*

Em 04 de julho de 2023, a Inspirali assinou um contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, pelo qual exerceu a opção da aquisição dos 49% restantes do capital, tornando-se detentora da totalidade de suas ações. O valor de R\$ 1.046 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 refere-se à atualização a valor justo do parcelamento do valor dessa aquisição.

*Aquisição de ações dos acionistas não controladores*

Em 12 de setembro de 2025, a Insegnare, subsidiária da Inspirali, adquiriu os 45% remanescentes do capital social da UniFG, passando a deter 100% de participação societária. A operação foi caracterizada como transação entre acionistas, uma vez que a Insegnare já detinha o controle e consolidava a UniFG desde 2020 (nota explicativa 2.4). Os reflexos decorrentes dessa aquisição foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da controladora, no montante de R\$ 47.875 (nota explicativa 10) e consolidado no montante de R\$ 90.899.

Em 06 de novembro de 2025, a Inovattus, subsidiária da Inspirali, adquiriu mais 10% do capital social da Faseh (nota explicativa 2.4). Os reflexos decorrentes dessa aquisição, foram reconhecidos no patrimônio líquido da controladora, no montante de R\$ 8.348 (nota explicativa 10).

## **POLÍTICA**

De acordo com o estatuto, para as sociedades por ações são garantidos aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Para a controlada VC network, o estatuto determina a distribuição de 100% do resultado do exercício.

Para as empresas controladas constituídas como sociedades empresariais limitadas, a distribuição de lucros para a controladora é registrada como um passivo nas demonstrações financeiras individuais dessas controladas somente na data em que a distribuição de lucros é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

## 21. PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

	VC Network	FASEH	UniFG	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.809.970</b>	<b>26.972</b>	<b>24.314</b>	<b>1.861.256</b>
Amortização de ações preferenciais	(173.398)	-	-	(173.398)
Resultado do exercício	108.172	17.477	17.223	142.872
Dividendos distribuídos	-	(3.328)	(11.832)	(15.160)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.744.744</b>	<b>41.121</b>	<b>29.705</b>	<b>1.815.570</b>
Amortização de ações preferenciais	(70.680)	-	-	(70.680)
Resultado do exercício	180.574	16.821	10.565	207.960
Dividendos distribuídos	(107.152)	(4.405)	(23.257)	(134.814)
Aquisição de ações dos acionistas não controladores	(26.011)	(19.979)	(17.013)	(63.003)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.721.475</b>	<b>33.558</b>	<b>-</b>	<b>1.755.033</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovados, em assembleias gerais extraordinárias da controlada VC Network, a utilização de reservas para amortização parcial de 943.353 ações preferenciais da VC Network, no valor de R\$ 70.680 (2.275.241 ações preferenciais da VC Network, no valor de R\$ 173.398 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A amortização das ações representa a transferência, pela VC Network, do saldo positivo de caixa gerado pelas operações não relacionadas à medicina que são atribuíveis às ações preferenciais detidas pela acionista Anima Holding. As amortizações ocorreram sem redução do capital social da controlada. As ações amortizadas foram substituídas por ações de fruição que persistirão com os mesmos direitos conferidos às ações preferencias não amortizadas, inclusive ao que tange ao direito a dividendos.

## POLÍTICA

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida ao valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações sem perda de controle para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Lucros ou prejuízos acumulados” para posterior deliberação da assembleia de acionistas quanto à destinação destes valores

## 22. LUCRO POR AÇÃO

A Companhia calcula o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(i) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos patrimoniais que apresentam efeito diluidor na Companhia não impactam os valores do lucro por ação apresentados a seguir, em virtude de sua baixa representatividade em relação ao total de ações emitidas.

	Controladora	
	01/01/2025	01/01/2024
	a	a
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	405.752	324.586
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	360.744	360.670
<b>Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$</b>	<b>1,12</b>	<b>0,90</b>

## 23. RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	Consolidado					
	01/01/2025			01/01/2024		
	a			a		
	31/12/2025			31/12/2024		
	Medicina	Ex-Medicina	Total	Medicina	Ex-Medicina	Total
Receita bruta de produtos e serviços	1.848.515	4.654.502	6.503.017	1.652.106	4.292.425	5.944.531
Receita FIES	204.126	42.379	246.505	144.442	67.634	212.076
Descontos em mensalidades	(401.642)	(2.707.172)	(3.108.814)	(298.449)	(2.462.657)	(2.761.106)
Impostos sobre faturamento	(62.574)	(62.510)	(125.084)	(57.771)	(60.962)	(118.733)
Comissões (a)	(55.439)	(76.231)	(131.670)	(36.580)	(80.239)	(116.819)
Ajuste a valor presente	(622)	(2.100)	(2.722)	(7.612)	848	(6.764)
<b>Receita líquida</b>	<b>1.532.364</b>	<b>1.848.868</b>	<b>3.381.232</b>	<b>1.396.136</b>	<b>1.757.049</b>	<b>3.153.185</b>
<b>Reconhecimento de receita</b>						
Reconhecida ao longo do tempo	1.521.483	1.843.043	3.364.526	1.394.980	1.753.008	3.147.988
Reconhecida no momento da prestação	10.881	5.825	16.706	1.156	4.041	5.197
	<b>1.532.364</b>	<b>1.848.868</b>	<b>3.381.232</b>	<b>1.396.136</b>	<b>1.757.049</b>	<b>3.153.185</b>

(a) Referem-se às comissões retidas pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravalor e pagas aos Polos EAD.

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Companhia, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado					
	01/01/2025 a 31/12/2025			01/01/2024 a 31/12/2024		
	Medicina	Ex-Medicina	Total	Medicina	Ex-Medicina	Total
Gratuidade PROUNI	(137.462)	(386.701)	(524.163)	(102.241)	(356.096)	(458.337)
Bolsas e descontos concedidos	(216.232)	(2.062.978)	(2.279.210)	(143.742)	(1.868.271)	(2.012.013)
Convênios com empresas	(6.384)	(53.396)	(59.780)	(5.864)	(35.856)	(41.720)
Devoluções, abatimentos e outros	(41.564)	(204.097)	(245.661)	(46.602)	(202.434)	(249.036)
<b>Descontos em mensalidades</b>	<b>(401.642)</b>	<b>(2.707.172)</b>	<b>(3.108.814)</b>	<b>(298.449)</b>	<b>(2.462.657)</b>	<b>(2.761.106)</b>

## POLÍTICA

### Mensalidades

A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. O Grupo presta outros serviços tais como: cursos de ensino superior e profissionalizante, incluindo mestrado, doutorado e extensão, cursos de especialização, cursos preparatórios para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cursos *in company*, na forma de ensino presencial e à distância, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de software.

A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará, parcialmente, conforme condições contratuais vigentes, a primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos.

As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Pravalor antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como “Adiantamentos de clientes” e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 6.1. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de mensalidades em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico.

## Eventos

As receitas de congressos, fóruns, treinamentos e seminários são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. A Companhia avalia se existem outras promessas no contrato, que são obrigações de desempenho separadas, às quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Se um cliente desistir do evento ou o evento for cancelado, a obrigação da empresa provedora dos serviços de emitir um reembolso depende da política de reembolso para esse evento e do momento da desistência do cliente. Tal reembolso só é possível antes da realização do evento e ocorre de forma esporádica e ocasional. Como os principais eventos ocorrem durante o ano, a Companhia considera que os efeitos do reembolso ao cliente não são significativos.

## Outras receitas

Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clínicas, exames complementares, entre outros. Essas receitas são reconhecidas quando o serviço é prestado, pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria desses serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e quase simultaneamente com seu recebimento.

## Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo - FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil (“FIES”) é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (“MEC”).

Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CFT-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal.

Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei n. 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei n. 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1).

O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A

segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros.

Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a desconsideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020.

As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES.

## **PROUNI**

O Programa Universidade Para Todos - "PROUNI" (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia.

A Lei nº 14.350, publicada em 25 de maio de 2022, altera as Leis nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e nº 11.128, de 28 de junho de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Lei antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025.

As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte.

## 24. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado					
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025			31/12/2024		
	Medicina	Medicina	Medicina	Ex-Medicina	Total	Medicina	Ex-Medicina	Total
Gastos com pessoal	(42.939)	(26.473)	(334.117)	(731.257)	(1.065.374)	(354.719)	(694.517)	(1.049.236)
Gastos com aluguel e ocupação (a)	(453)	(87)	(16.838)	(47.098)	(63.936)	(14.930)	(44.429)	(59.359)
Gastos com serviços de terceiros	(19.612)	(11.268)	(128.416)	(137.813)	(266.229)	(102.619)	(142.269)	(244.888)
Propaganda e publicidade	(9.843)	(5.279)	(42.989)	(183.641)	(226.630)	(32.664)	(191.806)	(224.470)
Perdas estimadas	-	-	(25.578)	(122.568)	(148.146)	(19.689)	(106.893)	(126.582)
Despesas com depreciação	(413)	(232)	(22.534)	(58.803)	(81.337)	(22.491)	(70.319)	(92.810)
Despesas com amortização	(10.141)	(8.426)	(75.498)	(20.391)	(95.889)	(92.697)	(43.798)	(136.495)
Despesas com amortização direito de uso	-	-	(36.669)	(83.355)	(120.024)	(33.321)	(82.638)	(115.959)
Manutenção	(1.849)	(2.954)	(18.648)	(27.396)	(46.044)	(24.656)	(25.056)	(49.712)
Deslocamentos	(5.639)	(4.047)	(13.660)	(13.347)	(27.007)	(12.558)	(12.800)	(25.358)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	-	-	(4.906)	(783)	(5.689)	75	(4.197)	(4.122)
Impostos e taxas	305	(1.618)	(1.843)	(2.659)	(4.502)	(4.274)	(6.968)	(11.242)
Multa para devolução de imóveis	-	-	-	-	-	-	(1.528)	(1.528)
Valor justo <i>earn-out</i>	-	2.895	-	-	-	2.895	-	2.895
Perda por <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	(516)	-	(516)
Bolsa Pesquisa Preceptores	-	(2.131)	(74.800)	(5.869)	(80.669)	(58.013)	(1.637)	(59.650)
Rateio de despesa com amortização e depreciação	(221)	(100)	(10.355)	(43.349)	(53.704)	(8.560)	(43.864)	(52.424)
Outras receitas (despesas) líquidas	(2.200)	6.200	(78.688)	(42.445)	(121.133)	(44.067)	(40.003)	(84.070)
<b>Total</b>	<b>(93.005)</b>	<b>(53.520)</b>	<b>(885.539)</b>	<b>(1.520.774)</b>	<b>(2.406.313)</b>	<b>(822.804)</b>	<b>(1.512.722)</b>	<b>(2.335.526)</b>
Classificadas como:								
Custo dos produtos e serviços	-	-	(493.774)	(713.974)	(1.207.748)	(479.584)	(702.369)	(1.181.953)
Despesas comerciais	-	-	(42.989)	(183.640)	(226.629)	(32.664)	(191.806)	(224.470)
Perdas estimadas	-	-	(25.578)	(122.568)	(148.146)	(19.689)	(106.893)	(126.582)
Despesas gerais e administrativas	(91.629)	(46.721)	(310.004)	(508.116)	(818.120)	(286.013)	(508.417)	(794.430)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(1.376)	(6.799)	(13.194)	7.524	(5.670)	(4.854)	(3.237)	(8.091)
	<b>(93.005)</b>	<b>(53.520)</b>	<b>(885.539)</b>	<b>(1.520.774)</b>	<b>(2.406.313)</b>	<b>(822.804)</b>	<b>(1.512.722)</b>	<b>(2.335.526)</b>

- (a) Referem-se, principalmente, a gastos com energia elétrica e IPTU, bem como às despesas com aluguéis cujos contratos possuem as características para as isenções previstas na norma contábil CPC 06 (R2), correspondente ao IFRS 16 (nota explicativa 12).

## 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

	01/01/2025 a 31/12/2025				01/01/2024 a 31/12/2024			
	Consolidado				Consolidado			
	Medicina		Ex - Medicina	Total	Medicina		Ex - Medicina	Total
Graduação	Educação continuada	Graduação			Educação continuada			
Receita Líquida	1.441.545	90.819	1.848.868	3.381.232	1.328.000	68.136	1.757.049	3.153.185
Custo dos produtos e serviços	(455.880)	(37.894)	(713.974)	(1.207.748)	(450.477)	(29.107)	(702.369)	(1.181.953)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>985.665</b>	<b>52.925</b>	<b>1.134.894</b>	<b>2.173.484</b>	<b>877.523</b>	<b>39.029</b>	<b>1.054.680</b>	<b>1.971.232</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>								
Comerciais	(25.880)	(17.109)	(183.640)	(226.629)	(25.649)	(7.015)	(191.806)	(224.470)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(25.515)	(63)	(122.568)	(148.146)	(19.318)	(371)	(106.893)	(126.582)
Gerais e administrativas	(258.293)	(51.711)	(508.116)	(818.120)	(237.922)	(48.091)	(508.417)	(794.430)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(18.528)	5.334	7.524	(5.670)	(4.231)	(623)	(3.237)	(8.091)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>657.449</b>	<b>(10.624)</b>	<b>328.094</b>	<b>974.919</b>	<b>590.403</b>	<b>(17.071)</b>	<b>244.327</b>	<b>817.659</b>
Receitas financeiras	159.846	8.872	31.069	199.787	110.092	2.943	27.112	140.147
Despesas financeiras	(383.122)	(6.322)	(178.680)	(568.124)	(329.863)	(1.000)	(165.020)	(495.883)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(223.276)</b>	<b>2.550</b>	<b>(147.611)</b>	<b>(368.337)</b>	<b>(219.771)</b>	<b>1.943</b>	<b>(137.908)</b>	<b>(355.736)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes de impostos</b>	<b>434.173</b>	<b>(8.074)</b>	<b>180.483</b>	<b>606.582</b>	<b>370.632</b>	<b>(15.128)</b>	<b>106.419</b>	<b>461.923</b>
IRPJ e CSLL correntes	(1.368)	(659)	-	(2.027)	(1.011)	(193)	(1.119)	(2.323)
IRPJ e CSLL diferidos	3.769	1.309	4.079	9.157	266	495	7.097	7.858
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>436.574</b>	<b>(7.424)</b>	<b>184.562</b>	<b>613.712</b>	<b>369.887</b>	<b>(14.826)</b>	<b>112.397</b>	<b>467.458</b>
<b>Participação de controladores</b>	<b>413.176</b>	<b>(7.424)</b>	<b>-</b>	<b>405.752</b>	<b>339.412</b>	<b>(14.826)</b>	<b>-</b>	<b>324.586</b>
<b>Participação de não controladores</b>	<b>23.398</b>	<b>-</b>	<b>184.562</b>	<b>207.960</b>	<b>30.475</b>	<b>-</b>	<b>112.397</b>	<b>142.872</b>
<b>Informações adicionais:</b>								
Depreciação e amortização	(90.619)	(7.413)	(79.194)	(177.226)	(110.197)	(4.991)	(114.117)	(229.305)
Amortização IFRS16	(35.808)	(861)	(83.355)	(120.024)	(33.321)	-	(82.638)	(115.959)
Rateio com amortização e depreciação	(10.349)	(6)	(43.349)	(53.704)	(8.535)	(25)	(43.864)	(52.424)
Pagamento de arrendamento	(61.763)	-	(152.192)	(213.955)	(58.833)	-	(150.695)	(209.528)
<b>Total</b>	<b>(198.539)</b>	<b>(8.280)</b>	<b>(358.090)</b>	<b>(564.909)</b>	<b>(210.886)</b>	<b>(5.016)</b>	<b>(391.314)</b>	<b>(607.216)</b>

## POLÍTICA

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo.

A apresentação dos segmentos é conforme segue:

- **Inspirali Medicina** – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.
- **Educação Continuada Medicina** - Atividade atrelada à prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in company*, publicações de livros e revistas para os cursos de Medicina.
- **Ex-Medicina** - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.

A alocação de ativos por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da companhia, não traz benefício adicional para análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais valores não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

## 26. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado					
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025			31/12/2024		
	Medicina	Medicina	Medicina	Ex Medicina	Total	Medicina	Ex Medicina	Total
Receitas financeiras								
Receita com aplicações financeiras	88.700	40.862	152.065	-	152.065	94.743	-	94.743
Receita com juros de mensalidades	-	-	11.563	21.905	33.468	11.444	20.159	31.603
Desconto obtido	-	6	-	-	-	69	268	337
Impostos e outras receitas	(2.129)	(268)	5.090	9.164	14.254	6.779	6.685	13.464
<b>Total</b>	<b>86.571</b>	<b>40.600</b>	<b>168.718</b>	<b>31.069</b>	<b>199.787</b>	<b>113.035</b>	<b>27.112</b>	<b>140.147</b>
Despesas financeiras								
Despesa financeira de arrendamento	-	-	(31.535)	(72.556)	(104.091)	(28.319)	(75.248)	(103.567)
Despesa de juros com empréstimos	(312.949)	(277.661)	(312.949)	-	(312.949)	(277.661)	-	(277.661)
Juros de financiamento Pravalor	-	-	(5.284)	(55.640)	(60.924)	(4.532)	(51.132)	(55.664)
Despesa bancária	(739)	(682)	(20.392)	(1.234)	(21.626)	(1.297)	(5.996)	(7.293)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(460)	(1.541)	(6.344)	(435)	(6.779)	(1.787)	(2.389)	(4.176)
Variações Monetárias Passivas s/Tributos	-	-	-	(26.058)	(26.058)	(9.901)	(13.631)	(23.532)
Outras despesas	(227)	(683)	(12.940)	(22.757)	(35.697)	(7.366)	(16.624)	(23.990)
<b>Total</b>	<b>(314.375)</b>	<b>(280.567)</b>	<b>(389.444)</b>	<b>(178.680)</b>	<b>(568.124)</b>	<b>(330.863)</b>	<b>(165.020)</b>	<b>(495.883)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(227.804)</b>	<b>(239.967)</b>	<b>(220.726)</b>	<b>(147.611)</b>	<b>(368.337)</b>	<b>(217.828)</b>	<b>(137.908)</b>	<b>(355.736)</b>

## POLÍTICA

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa de juros efetiva, exceto no caso de receitas de juros cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando devidamente pagas ou recebidas.

## 27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

	Controladora				Controladora			
	31/12/2025				31/12/2024			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Contas a receber (a)	Dividendos a receber	Fornecedores (a)	Dividendos a pagar	Contas a receber (a)	Dividendos a receber	Fornecedores (a)	Dividendos a Pagar
Ânima Holding (b)	-	-	355	75.053	-	-	254	60.044
VC Network	-	333.838	-	-	-	215.816	-	-
IBCMED	2.562	940	-	-	28	940	-	-
Sociesc	-	-	5	-	-	-	-	-
UNIFACS	-	-	11	-	-	-	-	-
AMC	-	-	39	-	-	-	-	-
DNA Capital	-	-	-	26.385	-	-	-	21.103
EMR	4.317	-	-	-	-	-	-	-
MedPós	889	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	1	-	23	-	30	-
<b>Total</b>	<b>7.768</b>	<b>334.778</b>	<b>411</b>	<b>101.438</b>	<b>51</b>	<b>216.756</b>	<b>284</b>	<b>81.147</b>

# INSPIRALI

	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativo	Passivo		Ativo	Passivo	
Contas a receber (a)	Fornecedores (a)	Dividendos a pagar	Contas a receber (a)	Fornecedores (a)	Dividendos a pagar	
Ânima Holding (b)	-	27.832	96.350	-	33.839	60.044
Unimonte	1.161	440	-	866	520	-
FACEB	3.086	34	-	37	353	-
Catalana	-	-	-	5	89	-
Vidam	2.233	-	-	1.228	293	-
UNICURITIBA	1.511	357	-	687	43	-
Escola.I.StaCatarina	-	-	-	93	-	-
ASPEC	640	-	-	563	-	-
FADERGS	452	-	-	617	-	-
IBMR	2.577	-	-	2.773	-	-
SOCEC	730	-	-	861	-	-
UNIRITTER	2.068	-	-	3.060	-	-
HSM do Brasil	304	-	-	-	-	-
Milton Campos	5	-	-	-	-	-
DNA Capital	-	-	26.385	-	-	21.103
Outros	-	1	-	432	1	-
<b>Total</b>	<b>14.767</b>	<b>28.664</b>	<b>122.735</b>	<b>11.222</b>	<b>35.138</b>	<b>81.147</b>

- (a) Os saldos de contas a receber e a pagar, refere-se aos rateios de custos e despesas entre as empresas do grupo.
- (b) O saldo em aberto refere-se à destinação dos lucros do exercício de 2025, R\$ 75.053 de dividendos a pagar da Inspirali para Ânima Holding. Para o montante de R\$ 21.262, corresponde aos dividendos a pagar da VC Network à Anima Holding, reconhecidos em conformidade com o estatuto social da VC Network, não representam, todavia, uma dívida da Inspirali perante sua controladora Ânima Holding em 31 de dezembro de 2025 (nota explicativa 32).

## 27.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de curto prazo	6.515	6.045	6.776	6.284

## POLÍTICA

Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações decorrentes, principalmente, de operações de crédito e acordo de rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre as entidades.

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 28.1. Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) **Risco de liquidez** – é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Na tabela a seguir são demonstrados os valores de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros) da Companhia e de suas controladas.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2025:</b>				
Fornecedores	144.085	-	-	144.085
Empréstimos, financiamentos e debêntures	317.569	930.858	1.546.234	2.794.661
Contas a pagar por aquisições	12.559	15.513	61.292	89.364
Arrendamentos a pagar	163.638	153.731	1.164.030	1.481.399
<b>Em 31 de dezembro de 2024:</b>				
Fornecedores	155.056	-	-	155.056
Empréstimos, financiamentos e debêntures	268.461	266.405	2.400.203	2.935.069
Contas a pagar por aquisições	12.885	21.001	66.040	99.926
Arrendamentos a pagar	194.578	145.583	1.186.265	1.526.426

- (b) **Risco de crédito** – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

- (i) **Contas a receber:** A Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é usualmente bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como, o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Informações acerca das perdas estimadas de crédito sobre o saldo de contas a receber podem ser verificadas na nota explicativa 6.1.

- (ii) Equivalentes de caixa e aplicações financeiras: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o rating da agência *Fitch Rating* (nota explicativa 28.4) e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	67.833	60.264	110.412	94.324
Aplicações financeiras	5	659.842	508.042	1.046.306	810.850
Contas a receber	6.1	121	684	703.134	653.705
Contas a receber partes relacionadas	27	7.768	51	14.767	11.222
Adiantamentos diversos		349	661	25.635	26.072
<b>Total</b>		<b>735.913</b>	<b>569.702</b>	<b>1.900.254</b>	<b>1.596.173</b>

- (c) Risco de mercado – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.

- (i) Risco de juros - A Companhia possui debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem variações nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos firmados de proteção contra esse tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

Os fundos de renda fixa de crédito privado têm o objetivo de acompanhar a variação do CDI, através da alocação em papéis de renda fixa, derivativos e cotas de fundos de investimento, negociados nos mercados interno e externo, sendo vedada exposição de renda variável e alavancagem.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante estão demonstradas na nota explicativa 14.

## 28.2. Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.032.377	2.022.747	2.032.377	2.022.747
Contas a pagar por aquisição	2.307	3.228	66.509	71.566
Caixa e equivalentes de caixa	(67.833)	(60.264)	(110.412)	(94.324)
Aplicações financeiras	(659.842)	(508.042)	(1.046.306)	(810.850)
<b>[A] Dívida líquida</b>	<b>1.307.009</b>	<b>1.457.669</b>	<b>942.168</b>	<b>1.189.139</b>
Patrimônio líquido	1.920.830	1.673.317	3.675.863	3.488.887
<b>[B] Dívida líquida + Patrimônio líquido</b>	<b>3.227.839</b>	<b>3.130.986</b>	<b>4.618.031</b>	<b>4.678.026</b>
[A/B] Índice de alavancagem financeira	40%	47%	20%	25%

Considerando o arrendamento a pagar no cálculo de gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia seria de 33% no Consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>[A] Dívida líquida</b>	<b>1.307.009</b>	<b>1.457.669</b>	<b>942.168</b>	<b>1.189.139</b>
Arrendamento a pagar	-	-	836.129	857.322
<b>[B] Dívida líquida ajustada</b>	<b>1.307.009</b>	<b>1.457.669</b>	<b>1.778.297</b>	<b>2.046.461</b>
Patrimônio líquido	1.920.830	1.673.317	3.675.863	3.488.887
<b>[C] Dívida líquida + Patrimônio líquido</b>	<b>3.227.839</b>	<b>3.130.986</b>	<b>5.454.160</b>	<b>5.535.348</b>
[B/C] Índice de alavancagem financeira	40%	47%	33%	37%

### 28.3. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

#### (a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foi identificado que empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos a pagar e arrendamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação. Não são incluídos na tabela abaixo ativos e passivos financeiros cujo valor contábil basicamente reflita uma aproximação razoável do valor justo como, por exemplo, contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar de curto prazo.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Os valores justos estimados são como seguem:

	Nota	Controladora			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	2.122.708	2.032.377	2.029.160	2.022.747
Contas a pagar por aquisições	18	2.307	2.307	3.228	3.228
<b>Total</b>		<b>2.125.015</b>	<b>2.034.684</b>	<b>2.032.388</b>	<b>2.025.975</b>

	Nota	Consolidado			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	2.122.708	2.032.377	2.029.160	2.022.747
Arrendamentos a pagar	12	836.129	836.129	857.322	857.322
Contas a pagar por aquisições	18	66.509	66.509	71.566	71.566
<b>Total</b>		<b>3.025.346</b>	<b>2.935.015</b>	<b>2.958.048</b>	<b>2.951.635</b>

## (b) Hierarquia do Valor Justo

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é classificada de acordo com a hierarquia definida pelo CPC 46, que reflete o grau de observância dos dados utilizados nas técnicas de avaliação.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para esses instrumentos financeiros.

## 28.4. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber	121	684	703.134	653.705
	<b>121</b>	<b>684</b>	<b>703.134</b>	<b>653.705</b>
<b>Caixa e bancos</b>				
Caixa	-	-	3	3
<b>Bancos</b>				
AAA (i)	175	54	16.905	15.450

AA+	-	-	157	1.426
A	-	-	36	162
A-	7	22	190	258
	<b>182</b>	<b>76</b>	<b>17.291</b>	<b>17.299</b>

#### Aplicações financeiras - Investimento

AAA (i)	727.493	568.230	1.139.422	887.870
A+	-	-	-	5
AA-	-	-	5	-
	<b>727.493</b>	<b>568.230</b>	<b>1.139.427</b>	<b>887.875</b>

(i) “Rating nacional” atribuído pela agência de classificação de risco *Fitch Ratings*.

## POLÍTICA

### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados a valor justo. Quando não classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluem-se também os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição. Os custos de transação relacionados a ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos diretamente no resultado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, momento em que o Grupo assume o compromisso de comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos de receber fluxos de caixa ou quando são transferidos, desde que o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados à sua propriedade.

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

#### (i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e apresentado em outras receitas (despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos.

#### (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em um investimento de dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidos no período em que ocorrem.

Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### **Impairment de ativos financeiros**

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos, financiamento e debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos.

O Grupo classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait*, e etc.) com fornecedores em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal do Grupo, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo.

Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial individual e consolidado são incluídos nas atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa individual e consolidado.

### **Mensuração subsequente**

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

### **Desreconhecimento**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

## 29. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e às suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: Selic – 15,00% (Banco Central do Brasil), CDI – 14,90% (divulgada pela CETIP) e INPC – 3,90% e, considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Controladora						
31/12/2025						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(659.842)	(98.316)	(122.895)	(147.474)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	Alta do CDI	2.032.377	302.824	378.530	454.236
Contas a pagar com aquisições	CDI	Alta do CDI	2.307	344	430	516
<b>Exposição líquida - perda</b>			<b>1.374.842</b>	<b>204.852</b>	<b>256.065</b>	<b>307.278</b>

Consolidado						
31/12/2025						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(1.046.306)	(155.900)	(194.875)	(233.850)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	Alta do CDI	2.032.377	302.824	378.530	454.236
Contas a pagar com aquisições	CDI	Alta do CDI	8.875	1.322	1.653	1.983
Contas a pagar com aquisições	INPC	Alta do INPC	27.392	1.068	1.335	1.602
Outros passivos - Bolsas PROIES a conceder	Selic	Alta da Selic	128.959	19.344	24.180	29.016
<b>Exposição líquida - perda</b>			<b>1.151.297</b>	<b>168.658</b>	<b>210.823</b>	<b>252.987</b>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, efetuamos a análise de sensibilidade considerando os cenários de riscos mencionados no quadro acima, pois são os cenários que poderiam nos impactar negativamente no período atual, porém como temos mais aplicações do que contas a pagar por aquisições e outros passivos, não identificamos riscos materiais no período.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

### 30. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

### 31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Compensação UNIFG (i) (ii)	-	-	84.156	-
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	1.046	(1.857)	1.046	(1.857)
Compra de crédito tributário	-	-	-	25.399
Compensação crédito tributário x parcelamento	-	-	-	(13.676)

(i) O valor de R\$82.156 refere-se à compensação da contraprestação pela aquisição da participação remanescente da UniFG, realizada por meio da utilização de créditos detidos pelo Centro de Educação Superior de Guanambi (CESG) junto aos seus vendedores. Esses créditos estavam registrados como direitos a receber e foram baixados na data da conclusão da referida aquisição (nota explicativa 2.4).

(ii) O valor de R\$ 2.000, refere-se ao compromisso de concessão de bolsas de estudo, a serem utilizadas por beneficiários indicados pelos vendedores, no prazo de até 24 meses contados da data de fechamento (nota explicativa 2.4).

### 32. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Compra de participação minoritária - Faseh

Em 24 de fevereiro de 2026 foi celebrado o contrato de compra e venda de participação societária, onde houve a aquisição de 10.521 quotas do capital social da Faseh no montante aproximado de R\$ 45.321. A Inovattus aumentou sua participação societária na Faseh, passando de 83,90% para 94,42%. A operação é caracterizada como transação entre acionistas, uma vez que a Companhia já detinha o controle da Faseh por meio da Inovattus. A Faseh permanece sendo integralmente consolidada nas demonstrações financeiras da Inspirali.

#### Recomposição do caixa

Em 11 de março de 2026, em decorrência do acordo celebrado entre a Inspirali e Ânima Holding, houve recomposição de caixa na VC Network no montante de R\$ 47.579, decorrente da apuração do consumo de caixa oriundo dos cursos ex-medicina referente ao último trimestre de 2025.

## **Cancelamento de dividendos**

Em 16 de março de 2026, foi aprovado pela assembleia geral ordinária o cancelamento dos dividendos a pagar da VC Network à Inspirali e Ânima Holding, nos valores de R\$ 178.239 e R\$ 21.262 (nota explicativa 27) respectivamente, permanecendo como reserva de lucros na VC Network.